

**Ata da sessão ordinária realizada  
dia 27 de fevereiro de 2026**

Aos **vinte e sete** dias do mês de fevereiro, do ano dois mil e vinte e seis, pelas **vinte e uma horas e dez minutos**, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em **sessão ordinária**, nas instalações do Centro Cultural, sito no Rosário, dando cumprimento ao preceituado no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.-----

A **Presidente da Assembleia**, Andreia Calvário Graça Guerreiro, **dada a ausência do segundo secretário**, Filipe Augusto Valente Oliveira (PSD), e nos termos do n.º 3 do artigo 7.º, do Regimento da Assembleia Municipal, solicitou ao deputado **Guilherme Alexandre Viegas Barôa**, que tomasse lugar na Mesa para ocupar o lugar de segundo secretário.-----

Nesta sequência, a Mesa ficou constituída por: Andreia Calvário Graça Guerreiro, que irá presidir, pela deputada Marta Isabel Moreira Barôa David Tomé, primeira secretária e pelo deputado **Guilherme Alexandre Viegas Barôa**, que tomará o lugar de segundo secretário, dando-se assim cumprimento ao preceituado no Regimento da Assembleia Municipal.-----

**Encontravam-se presentes na sessão os deputados:**-----

**Eleitos pelo PSD:** Tiago Casimiro Tavares, Ana Isabel Teixeira Guerreiro, Inês Alexandra Brás Reis Barradas, Vítor Manuel Libânio Afonso e Maria do Carmo Ventos Palma.-----

**Eleitos pelo PS:** Francisco Manuel Valadas Abreu, Filipa Alexandra da Costa Ramos, Rui Manuel Gaspar Cortes Guerreiro, Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro, Ruben Tiago Ribeiro Maia, Maria Cristina Martins Brás Germano e Miguel André P. Teixeira V. Colaço.-----

**Presidentes de Junta de Freguesia:** o Presidente da Junta de Freguesia de Almodôvar, Diogo Francisco Moreira Baroa Custódio da Lança (PSD), o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Abílio Manuel Rodrigues (PSD), o Presidente da Junta de Freguesia de Gomes Aires, Fábio Miguel Batista (PSD), o Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, Nelson Paulo Mestre Guerreiro (PS), o Presidente de Junta de Freguesia de São Barnabé, António Manuel Silva Amaro (PS), o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Vítor José Costa Nogueira (PS) o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Nova, Orlando Manuel Figueira Rodrigues (PS) e o Presidente da Junta de Freguesia da Senhora da Graça dos Padrões, Gabriel Tomás Guerreiro (UPF).-----

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, estiveram presentes nesta sessão para além do **Presidente da Câmara** José Tadeu Sebastião Figueira de Freitas (PSD), o **Senhor Vice-Presidente**, José Romba Guerreiro (PSD) e os **Senhores Vereadores**, Susana Margarida Martins Camões (PSD), Ana Manuela de Jesus Guerreiro Carmo (PS) e Fábio José da Palma Eugénio (PS).-----

Da presente sessão constou a seguinte **ORDEM DO DIA:**-----

**A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento;-----

**A.1 - Intervenção dos Municípios;**-----

A.2 - Esclarecimentos.-----

**B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA :** -----

**B.1** - Ausências, Suspensões, Renúncias de mandatos e respetivo preenchimento de vagas; -----

**B.2** - Votação da ata n.º 01, da sessão ordinária realizada no dia 27 de novembro de 2025, da ata n.º 02, da sessão extraordinária realizada no dia 01 de dezembro de 2025 e da ata n.º 03, da sessão extraordinária realizada no dia 19 de dezembro de 2025 - (quadriénio 2025/2029);-----

**B.3** - Leitura de expediente; -----

**B.4** - Intervenções. -----

**C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

**C.1** - Apreciação e deliberação sobre o Projeto de Regulamento de Organização dos Serviços Municipais; -----

**C.2** - Apreciação e deliberação sobre a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, com vista à aquisição de bens para o fornecimento contínuo de combustíveis para viaturas municipais; -----

**C.3** - Conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação;-----

**C.4** - Apreciação do Relatório Anual de Atividades da CPCJ - Comissão Proteção das Crianças e Jovens de Almodôvar, reportado a 2025;-----

**C.5** - Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento;-----

**C.6** - Aprovação da ata em minuta. -----

NOS TERMOS DO REGIMENTO, A PRESENTE SESSÃO FOI TRANSMITIDA ONLINE ATRAVÉS DAS PLATAFORMAS DIGITAIS DO MUNICÍPIO E TOMADAS TODAS AS MEDIDAS LEGAIS EM TERMOS DE RGPD. -----

Antes de iniciarem a sessão, a **Presidente da Assembleia**, disse:-----

“Em primeiro lugar como Presidente da Assembleia Municipal e em nome das duas bancadas, gostaria de agradecer à Junta de Freguesia do Rosário por nos acolherem nesta primeira Assembleia Municipal descentralizada, deste mandato 25/29.-----

Já tinha ocorrido aqui outra Assembleia descentralizada e é um dos aspetos que nós sempre defendemos, até para podermos possibilitar a cada freguesia, que haja uma proximidade maior do trabalho da Assembleia junto das pessoas e é com grande satisfação que este momento, que acaba por ser simbólico e importante, ocorre na Freguesia do Rosário.-----

Mais uma vez, Senhor Presidente, na sua pessoa, agradeço ter-nos cedido o espaço e ter-nos apoiado com a logística. Muito obrigada.” -----

**A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO:** -----

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento; a Assembleia fixou um período para intervenção do público, **que não foi utilizado.** -----

**B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA :** -----

**B.1 - AUSÊNCIAS, SUSPENSÕES, RENÚNCIAS DE MANDATOS E RESPETIVO PREENCHIMENTO DE VAGAS:** -----

A **Presidente da Assembleia** fez saber que se registaram **quatro pedidos** de

ausência para esta sessão. -----

Prosseguindo, informou que na sequência dos pedidos de ausência formulados pelos deputados Municipais, Bernardo Pereira Delgado (PSD), Filipe Augusto Valente Oliveira (PSD), Tiago Miguel Martins Encarnação (PS) e Maria de Fátima dos Santos Dias Santana (PSD), quem aceitou substituir os deputados municipais, durante esta sessão, foram os deputados suplentes posicionados em primeiro e segundo lugar nas listas do Partido Socialista e Partido Social Democrata, Inês Alexandra Brás Reis Barradas (PSD), Vítor Manuel Libânio Afonso (PSD), Miguel André Pires Teixeira Vilhena Colaço (PS) e Maria do Carmo Ventos Palma (PSD), respetivamente. -----

Mais informou que **as substituições** se fizeram ao abrigo do n.º 1 e n.º 3 do artigo 18.º do Regimento.-----

**A Mesa justificou as respetivas faltas.** -----

VERIFICAÇÃO DA IDENTIDADE E LEGITIMIDADE DO MEMBRO SUBSTITUTO, NOS TERMOS DO N.º 1 DO ART.º 47 DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

Na sequência da ausência, da Senhora deputada Maria de Fátima dos Santos Dias Santana (PSD), **por uma sessão, compareceu**, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º do Regimento, a cidadã posicionada em terceiro lugar na ordem da lista do Partido Social Democrata para a Assembleia Municipal, Senhora **Maria do Carmo Ventos Palma** (PSD).-----

Nessa prossecução, encontrando-se presente a Senhora Maria do Carmo Ventos Palma (PSD), **que aceitou preencher a vaga** originada pela **ausência** da Senhora deputada efetiva e após ter sido verificada, pela Senhora Presidente da Assembleia, a sua identidade e legitimidade para o preenchimento das vagas, **tomou posse como deputada** do Órgão deliberativo Municipal, iniciando, de imediato, o exercício das funções para as quais foi empossada, conforme documento assinado, que faz parte integrante da presente ata.-----

As deliberações que se seguem passam então a contar com a apreciação, participação e deliberação da Senhora deputada Maria do Carmo Ventos Palma (PSD). --

A ata respeitante à tomada de posse do membro supra referido dá-se aqui como totalmente reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas. -----

**A Assembleia tomou conhecimento e em nada objetou.** -----

**B.2 - VOTAÇÃO DA ATA N.º 01, DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2025, DA ATA N.º 02, DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2025 E DA ATA N.º 03, DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2025 - (QUADRIÊNIO 2025/2029):** -----

**VOTAÇÃO DA ATA N.º 01/2026, DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2025 (QUADRIÊNIO 2025/2029):**-----

A **Presidente da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 01 da sessão ordinária realizada no dia 27 de novembro de 2025 (quadriênio de 2025/2029). -----

Para os fins previstos na alínea a) do artigo 40.º do Regimento e do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, foram remetidas, em anexo à ordem do dia, fotocópia da ata da referida sessão, a qual foi previamente lida pelos membros e submetidas à apreciação e votação. -----

Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou à votação a Ata n.º 01 da sessão ordinária de 27 de novembro de 2025 (quadriénio de 2025/2029), tendo a Assembleia Municipal **deliberado, por unanimidade dos presentes, com 19 votos a favor** (PS/PSD/UPF), aprovar a referida ata, a qual foi homologada em minuta, com exceção das intervenções dos senhores deputados, sendo assinada pelo Senhor Presidente e por quem a lavrou. -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, os deputados Vítor Manuel Libânio Afonso (PSD), Maria do Carmo Ventos Palma (PSD), Inês Alexandra Brás Reis Barradas (PSD) e Miguel André Pires Teixeira Vilhena Colaço (PS), não participaram na aprovação da ata. -----

**VOTAÇÃO DA ATA N.º 02/2025, DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2025 (QUADRIÉNIO 2025/2029):** -----

A **Presidente da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 02 da sessão extraordinária realizada no dia 01 de dezembro de 2025 (quadriénio de 2025/2029). --

Para os fins previstos na alínea a) do artigo 40.º do Regimento e do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, foram remetidas, em anexo à ordem do dia, fotocópia da ata da referida sessão, a qual foi previamente lida pelos membros e submetidas à apreciação e votação. -----

Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou à votação a Ata n.º 02 da sessão extraordinária de 01 de dezembro de 2025 (quadriénio de 2025/2029), tendo a Assembleia Municipal **deliberado, por unanimidade dos presentes, com 19 votos a favor** (PS/PSD/UPF), aprovar a referida ata, a qual foi homologada em minuta, com exceção das intervenções dos senhores deputados, sendo assinada pelo Senhor Presidente e por quem a lavrou. -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, os deputados Maria do Carmo Ventos Palma (PSD), Inês Alexandra Brás Reis Barradas (PSD), Miguel André Pires Teixeira Vilhena Colaço (PS) e o Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, Nelson Paulo Mestre Guerreiro(PS), não participaram na aprovação da ata. -

**VOTAÇÃO DA ATA N.º 03/2025, DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2025 (QUADRIÉNIO 2025/2029):** -----

A **Presidente da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 03 da sessão extraordinária realizada no dia 19 de dezembro de 2025 (quadriénio de 2025/2029). --

Para os fins previstos na alínea a) do artigo 40.º do Regimento e do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, foram remetidas, em anexo à ordem do dia, fotocópia da ata da referida sessão, a qual foi previamente lida pelos membros e submetidas à apreciação e votação. -----

Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou à votação a Ata n.º 03 da sessão extraordinária de 19 de dezembro de 2025 (quadriénio de 2025/2029), tendo a Assembleia Municipal **deliberado, por unanimidade dos presentes, com 17 votos a favor** (PS/PSD/UPF), aprovar a referida ata, a qual foi homologada em minuta, com exceção das intervenções dos senhores deputados, sendo assinada pelo Senhor Presidente e por quem a lavrou. -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, os deputados Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro (PS), Ruben Tiago Ribeiro Maia(PS), o Presidente da Junta

de Freguesia de Gomes Aires, Fábio Miguel Batista(PSD), Guilherme Alexandre Viegas Barôa(PSD), Maria do Carmo Ventos Palma (PSD) e Vítor Manuel Libânio Afonso (PSD), não participaram na aprovação da ata. -----

**B.3 - LEITURA DE EXPEDIENTE.** -----

Sobre este Ponto, a **Presidente da Assembleia** informou que a correspondência recebida e expedida pela Assembleia Municipal desde a última sessão até à presente data, cuja relação foi enviada a todos os membros, está disponível para consulta nos serviços de apoio, caso assim o desejem. -----

Continuando referiu “ gostaria em primeiro lugar e com alguma emoção passar a lervos, a pedido do Dr. Rui Lourenço, o email que enviou para a nossa Assembleia Municipal.-----

“Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Almodôvar, -----

Ao aproximar-se a data da minha jubilação do Serviço Nacional de Saúde, no próximo dia 22 de fevereiro, não poderia deixar de dirigir a V. Ex.ª uma palavra sentida de gratidão, pedindo-lhe, se assim o entender, que a faça chegar aos Senhores Deputados Municipais e aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia do concelho.

Exerci funções como médico de família em Almodôvar entre março de 1985 e julho de 1997. Foram anos fundadores da minha vida profissional. Foi neste concelho que cresci enquanto médico, aprendendo a verdadeira dimensão da Medicina de proximidade — feita de confiança, de conhecimento mútuo e de responsabilidade partilhada. -----

Entre 1985 e 1987 tive igualmente a honra de prestar serviço na freguesia de São Barnabé, cuja comunidade guardo com especial carinho. A forma como fui acolhido, a relação humana estabelecida com as pessoas e o espírito solidário que encontrei permanecerão sempre na minha memória. -----

Almodôvar foi também o lugar onde construí a minha família. A minha mulher iniciou funções como professora no concelho em outubro de 1985; foi aí que nos conhecemos, que vivemos até 1999 e onde nasceram e cresceram dois dos nossos filhos. O concelho não foi apenas um espaço de trabalho, mas um verdadeiro lugar de pertença.

Mais tarde, em 2012, regressei para desenvolver atividade clínica, primeiro nos Bombeiros Voluntários de Almodôvar, depois na Policlínica e, posteriormente, no Lar da Vila da Fundação São Barnabé, onde continuo a prestar serviço. Este regresso foi, para mim, uma forma natural de manter viva uma ligação afetiva que nunca se perdeu. -----

Permita-me que, na sua pessoa, agradeça a todos os eleitos locais e às freguesias o respeito institucional sempre demonstrado e, muito especialmente, o carinho com que a população de Almodôvar distinguiu a mim e à minha família ao longo destes anos. Ao fim de tanto tempo, sinto-me também um pouco almodovarense e tenho Almodôvar e as suas gentes no coração. -----

Ao encerrar esta etapa da minha vida profissional no SNS, faço-o com gratidão profunda por tudo o que este concelho representou na minha história pessoal e profissional. -----

Com estima e consideração,-----

Rui Lourenço-----

M.D. pela Universidade Nova de Lisboa -----

Especialista em Medicina Geral e Familiar -----

Assistente Graduado Sénior-----

Adjunto da Diretora Clínica Cuidados de Saúde Primários -----

Docente convidado da Faculdade de Medicina e Ciências Biomédicas da Universidade do Algarve”-----

**HOUVE UMA OVAÇÃO POR PARTE DE TODOS OS PRESENTES.** -----

Continuando, disse “Penso que é legítimo dizer que nós, Concelho de Almodôvar, é que agradecemos o trabalho e a dedicação, e agradecemos estas palavras que no fundo são de todos e para todos, e dou não só destaque ao trabalho do Dr. Rui Lourenço, como da esposa enquanto educadora de muitos de nós aqui presentes, a nossa querida professora Maria Esteves. -----

Prosseguindo, questionou se alguém pretendia fazer uma intervenção relativa a este ponto. -----

No uso da palavra o **deputado Diogo Lança** referiu: “Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Almodôvar e na sequência da correspondência enviada a esta Assembleia por Maria Celeste e Mário Jorge vêm solicitar esclarecimentos sobre o que está previsto para a “*azinhaga do barriga*” em causa. -----

No âmbito das propostas apresentadas pela Junta de Freguesia de Almodôvar nas GOP foi sugerida uma intervenção nesta azinhaga, não no sentido do seu alcatroamento como foi solicitado pelo freguês, mas sim, no tapamento do pontão existente com colocação de manilhas, permitindo o alargamento do acesso e a melhoria das condições de circulação segurança e funcionalidade do acesso a moradores. -----

Tenho conhecimento que existe um abaixo-assinado de moradores e proprietários de terrenos entregue ao anterior executivo a solicitar a pavimentação da azinhaga e que demonstram claramente a importância desta via para a população local. Estou certo de que o atual executivo atento às preocupações dos munícipes e à necessidade de respostas concretas do território saberá avaliar a melhor solução para este caso, seja através da pavimentação, seja através de uma intervenção faseado ou técnica que responda eficazmente às necessidades identificadas. -----

A Junta de Freguesia de Almodôvar manifesta total disponibilidade para trabalhar em estreita articulação com o município, quer na definição da solução mais adequada quer para execução, reforçando uma lógica de cooperação institucional ao serviço da população.” -----

Em resposta o **Presidente da Câmara** esclareceu o seguinte: -----

“Senhor deputado Diogo Lança naquilo que me diz respeito, efetivamente tivemos conhecimento desta situação e, após verificação constatou-se que havia efetivamente um pedido desses residentes no sentido do alcatroamento daquele espaço.

Os mesmos têm sido informados que não se trata do alcatroamento e por isso a obra poderá demorar um pouco mais. -----

Sei que em 2023, senão estou enganado, houve uma aprovação em reunião de Câmara de um investimento, mas foi de reparação do que lá está, não foi de alcatroamento. O que se passa é que também não tem saneamento básico e tem de ser colocado o saneamento básico e depois sim a repavimentação, nesse sentido poderá demorar, mas está projetado, como inclusivamente está pensada a requalificação de toda ribeira desde a Barragem até à entrada para a azinhaga do barriga e também inclusivamente o saneamento da barragem ficar ligado ao saneamento do município. ----

Todas essas obras estão previstas e faremos assim que possível.” -----

#### **B.4 - INTERVENÇÕES:** -----

A **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e de imediato abriu as inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os Senhores deputados Fernanda Guerreiro, Vítor Nogueira, Ana Guerreiro, Inês Barradas, Francisco Abreu, Rui Guerreiro e Tiago Casimiro. -----

De acordo com a ordem das inscrições, a Presidente da Assembleia deu a palavra à **deputada Fernanda Guerreiro**, que proferiu o seguinte: -----

“O Partido Socialista congratula-se com a continuidade da realização de sessões descentralizadas da Assembleia Municipal, como é o caso desta sessão que hoje decorre na aldeia do Rosário, já pela segunda vez. -----

Estas sessões são mais do que um ato formal, representam proximidade, participação e o compromisso de fazer política com todos e para todos, em todas as freguesias. -----

Agradecemos ao executivo da Junta de Freguesia do Rosário a forma empenhada como acolheu esta Assembleia, demonstrando espírito de colaboração e dedicação à sua população. -----

A presença dos órgãos municipais permite-nos estar mais próximos das pessoas, conhecer melhor os seus desafios e valorizar o trabalho desenvolvido, sobretudo na educação e no apoio à comunidade. -----

O Rosário é uma freguesia com identidade forte, tradições vivas e uma juventude participativa, que representa o futuro, razão pela qual o investimento na educação é aqui uma prioridade essencial. -----

Importa, por isso, reconhecer o trabalho que a Junta de Freguesia tem vindo a desenvolver ao longo dos anos. -----

Ao nível educativo, a inauguração, em outubro, do Ponto Biblioteca da EB1 do Rosário é um exemplo concreto dessa prioridade. Não se trata apenas da renovação de um espaço físico, mas de um investimento estratégico no futuro das nossas crianças. ----

A escola e o jardim-de-infância encontram-se bem equipados, com salas de aula adequadas, refeitório, campo de jogos com relva sintética e parque infantil moderno, a cumprir plenamente todas as regras de segurança. Estas condições não surgem por acaso, são resultado de uma visão que coloca as crianças e as famílias no centro das prioridades. -----

Sabemos, no entanto, que é possível ir mais longe. A comunidade educativa precisa agora de uma estrutura de proteção solar para os dias quentes, e são muitos ao longo do ano, para que as crianças possam usufruir plenamente destes espaços em todas as condições climáticas. Estamos certos de que a Junta de Freguesia e a Autarquia saberão, em conjunto, encontrar a melhor solução para dar esta resposta tão necessária.

O apoio da Junta à comunidade educativa vai além das infraestruturas, estendendo-se à colaboração nas várias festividades ao longo do ano letivo, sempre com uma presença próxima e empenhada, reforçando os laços entre escola e comunidade. -----

O apoio às famílias, nomeadamente na festa de Natal com a oferta de presentes às crianças, professores e funcionários, demonstra sensibilidade social e reconhecimento do papel da escola na freguesia. -----

Iniciativas como o Almoço Sénior, o convívio do 25 de Abril e a passagem de ano evidenciam uma freguesia ativa, que valoriza a proximidade, a partilha e o espírito comunitário ao longo de todo o ano. -----

A Feira dos Enchidos e Tradições afirma-se já como um evento de grande relevância para a freguesia e para todo o concelho. Valoriza os produtos locais, promove a identidade cultural e dinamiza a economia, demonstrando que também ao nível do desenvolvimento local existe visão e capacidade de mobilização.-----

Mais recentemente, importa sublinhar a instalação do distribuidor de encomendas Locky CTT, fruto de um protocolo de parceria entre a Freguesia do Rosário e os CTT. Trata-se de um equipamento inovador e de um protocolo pioneiro nesta zona, que coloca a freguesia na linha da modernização dos serviços. Esta solução representa uma resposta concreta às necessidades atuais da população, promovendo maior comodidade, autonomia e acesso facilitado a serviços cada vez mais utilizados no quotidiano. -----

Naturalmente, os desafios não se esgotam aqui. A fixação de jovens e famílias exige políticas consistentes, especialmente na habitação, para que possam construir aqui o seu projeto de vida e garantir a sustentabilidade social e económica da freguesia.

Estamos confiantes de que, em articulação com a Junta de Freguesia e a Autarquia, serão encontradas respostas adequadas também nesta área estratégica. -----

É igualmente essencial continuar a investir na manutenção dos espaços públicos, na qualidade dos serviços e na melhoria de estradas e caminhos, pois só com trabalho conjunto se assegura qualidade de vida e um desenvolvimento harmonioso do território. -----

Tudo isto demonstra que esta freguesia não é periférica, é central na sua identidade, nas suas tradições e na sua capacidade de iniciativa. É uma terra que investe seriamente na educação como pilar de desenvolvimento, que apoia as suas famílias, que respeita os seus séniores, que preserva a sua cultura e que aposta na modernização dos serviços. ---

O trabalho desenvolvido no Rosário confirma que as freguesias são muito mais do que estruturas administrativas: são espaços de proximidade, decisão e construção de futuro. -----

Quero, por isso, deixar aqui uma palavra de reconhecimento ao executivo da Junta de Freguesia pelo trabalho desenvolvido e pela capacidade de concretizar projetos que fazem a diferença no dia-a-dia da população. Sem deixar de reconhecer, igualmente, o papel determinante do executivo camarário, cujo apoio tem sido, e deverá continuar a ser, fundamental para que estas e outras iniciativas se tornem realidade. O desenvolvimento do nosso concelho constrói-se com cooperação institucional, com diálogo e com um verdadeiro espírito de parceria entre todos os órgãos autárquicos, sempre orientados para o bem comum. -----

Minhas senhoras e meus senhores,-----

Por tudo isto, o Partido Socialista reafirma o seu compromisso com políticas de proximidade, de coesão territorial e de valorização das freguesias, porque um concelho forte constrói-se com freguesias fortes, atentas, participativas e reconhecidas.” -----

Prosseguindo, foi dada a palavra ao **deputado Vítor Nogueira** que referiu:-----

“Em nome da população da nossa freguesia, registo com apreço a realização desta primeira sessão descentralizada da Assembleia Municipal no nosso território. Este gesto representa um compromisso com a proximidade democrática e com a valorização das comunidades, compromisso esse que esperamos ver refletido também nas decisões políticas e orçamentais que moldam o futuro do concelho.-----

A presença desta Assembleia na freguesia do Rosário constitui, por isso, o momento adequado para afirmar com clareza as prioridades da nossa população no âmbito da revisão orçamental prevista para março. A Junta de Freguesia definiu quatro contributos estruturantes para as GOP 2026, cuja concretização é essencial para garantir um desenvolvimento equilibrado e para responder a necessidades que são, há muito, evidentes: -----

- Loteamento municipal do Rosário, condição indispensável para criar soluções de habitação e promover a fixação de população; -----

- Arranjo urbanístico da entrada sul até à igreja, intervenção determinante para a segurança rodoviária, mobilidade e qualificação do espaço público; -----

- Instalação de fibra ótica em toda a freguesia, garantindo igualdade de acesso às tecnologias e às oportunidades digitais; -----

- Construção de sanitários públicos na A-do-Neves, infraestrutura básica cuja ausência limita a fruição daquele espaço e compromete a dignidade das condições oferecidas a residentes e visitantes. -----

Permito-me ainda solicitar, com a firmeza que a situação exige, esclarecimentos sobre o prazo concreto para a reparação do semáforo sul do Rosário. A sua avaria prolongada representa um risco real e diário para a segurança da população. A proteção das pessoas não pode ser adiada, e a reposição do normal funcionamento daquele equipamento deve constituir uma prioridade. -----

Pergunto também pela situação do PDM municipal e a sua evolução.-----

Importa igualmente informar esta Assembleia de que a ligação da antena disponibilizada pelo Executivo da Junta e a MEO, destinada ao reforço do sinal de comunicações na A-do-Neves, sofreu um atraso devido às tempestades que recentemente afetaram o país. O processo encontra-se, contudo, regularizado, e a ligação será efetuada brevemente, permitindo melhorar de forma significativa a cobertura de rede naquela zona. -----

Estes contributos e preocupações não são meras aspirações: são necessidades objetivas, amplamente reconhecidas pela comunidade e reiteradas ao longo do tempo. Compreendemos que a gestão municipal implica escolhas e limitações orçamentais, mas consideramos essencial que, caso estas propostas não venham a ser integradas na revisão orçamental, o Executivo Municipal clarifique quais os investimentos concretos que prevê realizar na freguesia do Rosário durante o ano de 2026. -----

A ausência dessa clarificação comprometeria a confiança da população e dificultaria a articulação institucional que desejamos manter. -----

Reafirmo, assim, que a freguesia espera respostas claras, compromissos firmes e um calendário de execução transparente. Só desta forma se reforça a confiança dos cidadãos e se garante que a proximidade política se traduz em resultados efetivos. -----

Essa clarificação permitirá reforçar a confiança da população e assegurar que todos trabalhamos com objetivos alinhados, num espírito de cooperação institucional que muito valorizamos. -----

Agradeço a atenção dedicada à nossa freguesia e reitero com convicção de que este diálogo deve conduzir a decisões justas, equilibradas e benéficas para todo o concelho.

Muito obrigado.” -----

Continuando, tomou a palavra a **deputada Ana Guerreiro** que referiu, “em primeiro lugar queria manifestar a satisfação da bancada do PSD por estarmos presentes nesta Assembleia Municipal a realizar nas instalações do Centro Cultural do Rosário, sendo que sempre concordamos com a descentralização das sessões deste órgão autárquico e da realização de sessões da Assembleia Municipal nas várias freguesias do nosso concelho. -----

As sessões da Assembleia Municipal são muito importantes para a tomada de decisões em varias áreas da governação autárquica e são relevantes para a vida quotidiana de todos os munícipes. -----

O trabalho desenvolvido nas Assembleias Municipais é essencial para o funcionamento da democracia local pois representa o órgão deliberativo do município.

Trata-se de um espaço onde os representantes eleitos exercem funções de fiscalização, decisão e acompanhamento da atividade da Câmara municipal. -----

Temos funções de fiscalização da Câmara Municipal, temos a aprovação de documentos estratégicos como Planos, Orçamentos, Relatórios de Contas, representação dos cidadãos, os deputados municipais representam os interesses da população local levando às sessões preocupações, propostas e as necessidades também dos cidadãos. -----

A tomada de decisões estruturantes como as taxas de impostos municipais, a criação e alteração de regulamentos, a organização territorial, o debate político e participativo, na participação democrática -----

As sessões da Assembleia são espaços de debate entre as diferentes força políticas promovendo transparência e legalidade. As Assembleias permitem a intervenção do público, por acaso hoje ninguém quis intervir. -----

Tendo em conta que as Assembleias Municipais são muito importantes, o trabalho que nós executamos garante a maior transparência na gestão pública participação democrática a nível local, equilíbrio de poderes entre os vários órgãos municipais. -----

Estar mais perto de todos os nossos munícipes é muito importante para que todos vocês estejam a par de tudo o que nós realizamos, tendo em conta que podem participar

nestas sessões, expor as vossas preocupações e quem sabe até dar algumas ideias e estratégias para a resolução dos problemas que os afetam. -----

A Freguesia do Rosário localizada no nosso concelho distingue-se pelo povoamento rural disperso e inclui outras localidades como o Monte do Testa e A-do-Neves, com forte identidade Alentejana, possui uma Junta de Freguesia responsável pela gestão local sendo a igreja paroquial de Nossa Senhora do Rosário um dos seus principais marcos patrimoniais. -----

O calendário local é marcado pelas festas populares e tradições em honra da padroeira refletindo a vivacidade cultural e o espírito comunitário também da região. ---

A Freguesia do Rosário é uma Freguesia importante para o nosso concelho, é uma freguesia dinâmica em termos económicos e que nos últimos censos, nos censos de 2021, foi das freguesias em que o número de munícipes menos desceu, houve até um acréscimo em relação a 2011. -----

Assim, podemos referir que esta Freguesia é dinâmica tem havido alguns investimentos de carácter público e privado em vários ramos que permitiu um desenvolvimento desta freguesia e também a melhoria das condições de vida dos fregueses. -----

É importantíssimo ainda garantir que haja maior desenvolvimento e é importantíssimo para atrair pessoas para o nosso concelho, pois sem existir investimento, sem existir trabalho em diferentes áreas, não existe a criação de postos de trabalho. Então como é que conseguimos aumentar o número de munícipes e lutar contra a desertificação do nosso concelho e do interior do nosso país? -----

A sociedade civil do Rosário tem dado passos importantes na direção certa, nós devemos estar aqui e, principalmente este executivo novo que assumiu funções acerca de 5 meses, deve estar aqui para garantir e reforçar cada vez mais as bases, dar bases para que haja, possa haver um desenvolvimento melhor desta freguesia. -----

Neste pressuposto, torna-se importante a criação de estruturas de base que possam dar resposta aos munícipes, que atraíam pessoas para esta freguesia, por isso achamos que naturalmente a questão da habitação é fundamental, mas isso, como o Senhor Presidente da Junta referiu, já há muitos anos que estamos à espera o loteamento. Já está feito há mais de 12 anos, realmente, no mandato do PS é que não foi feita a execução de nada, nós tínhamos 20 lotes na altura em que o PSD deixou o executivo, haviam 20 lotes e havia um pré projeto e que nestes 12 anos não foram executados. ----

Em relação à fibra ótica nós, em setembro de 2023, estivemos aqui numa Assembleia Municipal e a bancada do PSD falou da fibra ótica, está escrito em ata e, aquilo que nos foi dito é que não havia possibilidade. -----

Nós pedimos com urgência a fibra ótica porque era um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento desta freguesia. Para quê? Para o desenvolvimento de empresas e mesmo em nome individual, porque as pessoas que trabalham, muitas delas já trazem trabalhos, teletrabalho, ainda hoje antes de vir para aqui eu pedi para fazer um teleconsulta com pessoas de Lisboa, é importante que haja este desenvolvimento nas várias freguesias e aqui também naturalmente seria. -----

Agora é assim, o que nos disse e nós temos aqui algumas informações em relação à fibra ótica que era para estar colocada já a partir agora de janeiro, no final de janeiro, mas não está, nós quisemos saber outras informações, em relação a isso e disseram-nos há aqui uma nota da fibra ótica, a dstelecom que pediu 70 mil euros à Câmara, ao executivo anterior, e realmente nada foi decidido e tentamos saber em relação à evolução e não obtivemos qualquer resposta, não sei o que se passou mas a fibra ótica ainda não está cá e nós, a bancada do PSD, desde setembro de 2023 que se debate com isso. Para além disso, debatemo-nos com o loteamento que o executivo esteve 12 anos na Câmara e execução zero. Se calhar a mesma intervenção que fiz em setembro de 2023 faço-a agora, mas naturalmente com outra esperança, porque tem novo executivo que se calhar vê as coisas de outra maneira e com uma execução diferente. -----

Para além disso gostava de falar também aqui ter uma segunda intervenção sobre as alterações climáticas.-----

Representam um desafio crescente para o nosso País, para o nosso concelho e, consequentemente também para as nossas freguesias, impactando tanto a agricultura local como o bem-estar dos habitantes. O aumento das temperaturas, os períodos de seca prolongados, os fenómenos meteorológicos extremos estão a acontecer recorrentemente no nosso País, têm exigido uma atuação continua das práticas agrícolas e uma gestão pedagógica dos recursos químicos.-----

É fundamental que sejam promovidas iniciativas de sensibilização, de implementação sustentáveis, como a aposta em energias renováveis e em técnicas de cultivo resilientes, estas medidas são essenciais para garantir a sustentabilidade económica do nosso município e para proteger o ambiente contribuindo para um futuro mais seguro e equilibrado para todos.-----

Senhor Presidente, gostaria que me informasse sobre quais foram os prejuízos para o nosso concelho devido às tempestades que assolaram o nosso País e que também nos assolaram a nós. Que medidas de proteção foram adotadas? Quais os custos e se esses custos podem ter o apoio da PTRR- Portugal Reconstrução e Resiliência, se é possível, se naturalmente o Governo expandiu a todos os municípios?-----

Pois este programa destina-se agora a todos municípios e nós também podemos, se calhar, fazer alguns projetos, bem como gostaria de saber que medidas de prevenção irão ser desenvolvidas, pois na minha opinião, a prevenção deve ter um carácter mais importante que o da proteção, como a compra de geradores para os serviços públicos, a limpeza dos cursos de água, o apoio a pessoas idosas e mais vulneráveis, a sensibilização de toda a população do concelho e talvez até um fundo de calamidade. Que nós tenhamos um fundo de calamidade no nosso município para dar resposta a estas situações.-----

Pois um estudo muito recente foi ontem publicado e diz-nos que realmente as alterações climáticas vão ser intensas e vão ter efeitos intensos, quer em Portugal, Espanha e Marrocos portanto, acho que nós devemos estar cada vez mais preparados e a prevenção é importante.-----

Em relação a este assunto também gostaria de dizer mais uma palavra, também deveria ser realizado um Plano Hídrico não só para o nosso concelho mas que abrangesse a nossa região, num trabalho conjunto com os concelhos vizinhos para a construção de uma barragem para a retenção de água que previna os períodos de seca e precipitação abundante, assim como seja benéfico para o desenvolvimento da nossa agricultura e da nossa região.”-----

Prosseguindo com a ordem das inscrições, a Presidente da Assembleia deu a palavra à **deputada Inês Barradas** que questionou o seguinte:-----

“Ainda neste âmbito da proximidade, nos meses de novembro e janeiro, as Freguesias de Gomes Aires e Santa Cruz receberam a presidência aberta.-----

A presidência aberta foi uma promessa eleitoral e gostaria que o Senhor Presidente me dissesse qual é o balanço que faz desta última iniciativa. “-----

Seguidamente foi a vez do **deputado Francisco Abreu**, que proferiu o seguinte:-----

“Antes de iniciar propriamente a minha intervenção, pedia à Senhora Presidente da Assembleia Municipal alguma compreensão e complacência para esta minha intervenção, que ultrapassará certamente o tempo de uso da palavra previsto no Regimento. Não o faço de ânimo leve, faço-o sim, na minha opinião e com o único objetivo, a bem da criação dum clima de trabalho saudável e desejável nesta casa, porque há situações que têm de ser esclarecidas e não ficaria de bem com a minha consciência se não o fizesse. Prometo que em próximas intervenções procurarei ser mais sintético.-----

Na sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 31 de janeiro de 2026, a propósito da apresentação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026, o Senhor Presidente da Câmara resolveu apresentar um PowerPoint promocional do concelho. Nada a opor, é um direito que lhe assiste, quem somos nós para contestar tal estratégia, mas seguramente, talvez por falta de tempo, que se esqueceu de mencionar alguns aspetos. -----

Utilizando o mesmo formato, ainda pensei trazer hoje aqui imagens das requalificações das Escolas do 1º ciclo e Jardins de Infância do concelho, com a colocação de relvados sintéticos nos campos de jogos das Escolas do Rosário, da Aldeia dos Fernandes e de Almodôvar, esta com cobertura fixa, da cantina da Escola do Rosário, da requalificação do espaço exterior da Escola de Santa Clara-a-Nova e da ampliação do Jardim de Infância de Almodôvar, atualmente em obras, da requalificação da Escola da Telhada, da aquisição de equipamentos informáticos e pedagógicos modernos para as Escolas do 1º Ciclo e Jardins de Infância, das requalificações urbanísticas de Aldeia dos Fernandes, do Rosário e da Corte Zorrinho, da requalificação e pavimentação da Estrada Municipal nº 515, da requalificação da Estrada Nacional nº 267 até ao limite do concelho, do Pavilhão Multiusos e da Extensão de Saúde de S. Barnabé, dos relvados sintéticos de Aldeia dos Fernandes e Santa Clara-a-Nova e tantas outras mais que poderia enunciar. Mas não o fiz, em virtude do limite de tempo estipulado para as nossas intervenções e a Senhora Presidente da Assembleia até tem sido condescendente neste aspeto. -----

Mas a questão principal que me traz aqui hoje não é essa. Numa intervenção posterior, e à semelhança de outras afirmações que aqui foram proferidas numa reunião realizada no dia 01 de dezembro de 2025, apontando para “o abandalhamento e abandono do Município por parte do Partido Socialista”, que mereceu até a chamada de atenção da Senhora Presidente da Assembleia para a “contenção e respeito mútuos” que são devidos, o Senhor deputado Diogo Lança, veio corroborar as informações do Senhor Presidente da Câmara, dizendo na sua intervenção que, e passo a citar “o Partido Socialista teve durante 8 anos 1 atual deputado que foi Presidente da Mesa da Assembleia e uma Vereadora que compactuaram com a degradação do nosso concelho ...”. É aqui que eu chamo a atenção para o cuidado que devemos colocar na utilização de certas palavras, porque termos “abandalhamento, abandono e compactuar”, na forma como foram utilizados, transportam em si uma conotação e uma carga negativa muito pesada que nós não podemos aceitar. É que a palavra compactuar, na forma como o senhor deputado a utilizou, implica que nós, de livre e espontânea vontade e conscientemente, “concordámos, apoiámos, tolerámos, aceitámos e contribuímos” para aquelas situações negativas que o Senhor Presidente da Câmara ilustrou no referido PowerPoint. E isso não podemos aceitar, não podemos admitir que a reboque da política, a nossa imagem de cidadãos e profissionais respeitáveis e responsáveis fique manchada com esta conotação de desleixo, que não faz parte do nosso ADN. É preciso cuidado com as palavras, que podem ter um grande impacto nas redes sociais, mas que são afirmações falsas e levianas que não correspondem minimamente à realidade e deturpam aquilo que foi o nosso trabalho enquanto responsáveis autárquicos. -----

Outra nota que também não poderia deixar de apontar, tem a ver com a forma deselegante e inapropriada com que o senhor deputado Tiago Casimiro se dirigiu à Senhora Vereadora Ana Carmo na sessão do passado dia 31 de janeiro de 2026, a propósito duma questão que a Senhora Vereadora tinha colocado ao Senhor Presidente, numa reunião da Câmara Municipal. -----

Vejam, ou revejam, o vídeo da sessão da Assembleia Municipal realizada nesse dia, no espaço de tempo entre 1h08m00 e 1h09m00 e tirem as vossas próprias conclusões. -

Não é admissível que um jovem deputado municipal, que deveria ser, como ele o pretende ser, um exemplo para que outros jovens se interessem pela política, dirigir-se à Senhora Vereadora Ana Carmo com aquela postura inadequada e deselegante com que

a confrontou, tanto mais que por razões regimentais a Senhora Vereadora não lhe podia responder, embora devesse poder fazê-lo, porque a ofensa à honra que está contemplada nos artigos 49º e 55º do Regimento da Assembleia, não se mede apenas por palavras. Bem mais graves são as posturas e atitudes que se tomam, pelas imagens que se vêm e que perduram, pois, “uma imagem vale mais que mil palavras”. Na política, como na vida, têm de estar sempre presentes as normas básicas das boas maneiras e da boa educação. -----

É que a Senhora Vereadora Ana Carmo é, antes de mais, a Senhora Ana Carmo, a quem todos nós devemos respeito, tal como devemos a toda a gente e nos devem a nós, é uma professora conceituada, respeitada e respeitadora, amiga do seu amigo, política por mero acaso e com trabalho feito a nível da educação, de que a Escola do 1º Ciclo e Jardim de Infância do Rosário é um exemplo. A cidadã Ana Carmo, nascida e criada em Almodôvar, é uma boa filha, uma irmã e tia amiga, uma esposa exemplar e uma mãe extremosa, para além da política dedicada e empenhada que foi e continua a ser e não deve ter sido fácil de digerir pelos seus familiares e amigos a forma como foi confrontada na referida sessão. -----

Desta forma, chamo a atenção do Senhor Deputado para futuramente ter mais cuidado na forma como se dirige aos seus opositores, também já o fez comigo, e apelo à sensatez e ponderação que deverá utilizar, a exemplo do seu líder de bancada, o Senhor deputado Bernardo Delgado, também ele um jovem, pela forma assertiva, ponderada e educada com que faz as suas intervenções. Os nossos confrontos de ideias e de convicções deveriam primar sempre pela civilidade e pelo respeito, porque apesar estarmos em lados opostos, todos nós queremos o melhor para Almodôvar. -----

Já é tempo de vivermos um clima de tranquilidade e não virmos para estas reuniões da Assembleia Municipal constrangidos com aquilo que de nós irão dizer ou inventar, colando-nos a uma imagem de desleixo, de incúria, de desonestidade, de incompetência, de falta de empenho, que nenhum de nós aqui presente nesta sala, e os demais que aqui não estão e tiveram igualmente responsabilidades governativas, merecem tal conotação. A política não pode desvirtuar nem manchar essa imagem de cidadãos honrados, empenhados e responsáveis que nós somos e que à custa de muito trabalho nos empenhámos por construir. -----

Já era tempo do PSD deixar de apontar o dedo ao que foi a governação do Partido Socialista e fazendo-o unicamente naquilo que, na vossa opinião, consideram errado na governação do executivo anterior, porque essa estratégia de estar constantemente a criticar quem os antecedeu só cria ódios, crispações e mau estar entre os membros desta pequena comunidade como é Almodôvar, a exemplo dos comentários que habitualmente são postados nas redes sociais. Já é tempo de parar com estas hostilidades. -----

Bem sabemos do pouco tempo que levam de governação, bem sabemos de algumas limitações que podem ter em virtude de algumas obras e projetos vindos do executivo anterior, mas atenção, que o próprio executivo atual as considerou como fundamentais “para a coesão social, a qualidade de vida e a atratividade do concelho ...”. Por isso, já é tempo de deixarem de “apontar a mira” a quem os antecedeu, coisa que o Partido Socialista nunca fez quando assumiu as rédeas do poder em Almodôvar em 2013, depois de 12 anos de governação do PSD e começarem efetivamente a mostrar o trabalho que querem fazer e o que têm feito. É um apelo que vos faço. -----

E não poderia finalizar, sem deixar uma última palavra aos dois deputados municipais que mencionei na minha intervenção, com quem gostaria de falar particularmente no final desta reunião, dois jovens que eu conheço desde sempre, dois jovens por quem tenho o máximo respeito e consideração, dois jovens interessados, dedicados e empenhados em favor das causas públicas, um deles proveniente duma família com quem mantenho um relacionamento de proximidade e amizade de longa data e a quem, talvez, na ânsia de mostrar serviço, e fruto do fulgor da sua juventude,

podemos compreender algumas atitudes que tomaram ou venham a tomar, mas não podemos é aceitar que ponham em causa o nosso bom nome enquanto políticos, porque um político é, antes de mais, uma pessoa com um nome e com um rosto, com um círculo de familiares e amigos, ou simples conhecidos, integrados numa comunidade que os respeitam e consideram, e não uma figura subjetiva e abstrata de quem se pode dizer barbaridades. -----

Espero, e desejo sinceramente, que compreendam, aceitem e levem em devida consideração estas minhas palavras, que foram pensadas, escritas e proferidas num sentido construtivo, com o objetivo de ajudar a criar um clima de trabalho saudável e respeitoso nesta casa, a Casa da Democracia, que é o que sempre procurei fazer ao longo dos 8 anos em que tive a honra de presidir à Assembleia Municipal de Almodôvar.

E já mesmo para finalizar, aproveito a oportunidade para elogiar a iniciativa solidária que o Executivo da Câmara Municipal de Almodôvar organizou para apoiar as vítimas da intempérie provocada pela depressão Kristin. A solidariedade, tal como o respeito e a amizade, são virtudes que em nós deveriam estar sempre presentes e não apenas quando nos deparamos com estas catástrofes.” -----

Tomou a palavra a **Presidente da Assembleia** que disse:” Sr. Deputado Francisco Abreu, abri esta exceção, mas das próximas vezes, agradecia encarecidamente que, quando exista algo a dizer, se diga diretamente às pessoas no imediato e não se passe de umas sessões para outras para depois virmos retirar ilações sobre aquilo que mais tarde é visto ou referido. Lembro que em termos de Regimento, para quem não sabe de cor eu lembro, o Regimento estabelece que o próprio deputado municipal ou membro da Câmara Municipal, que considerar que foram proferidas expressões ofensivas à sua honra e à sua consideração, para se defender, pode usar da palavra no momento imediato e, por tempo não superior a três minutos. Terá todo o direito de usar o direito de resposta o autor das expressões consideradas ofensivas que pode dar explicações por tempo não superior a três minutos. -----

Portanto, tendo isto em consideração, ninguém tem de fazer juízos de valor sem ser o próprio visado e por isso peço que todos tenhamos um bocadinho mais de contenção, calma e que aquilo que é a opinião política de cada um, a palavra e a visão política de cada um, seja defendida com respeito, com elevação porque eu continuo a acreditar desde o primeiro dia que, estamos aqui todos por Almodôvar, para Almodôvar e pelos Almodovarenses. -----

Proseguindo, foi dada a palavra ao **deputado Rui Guerreiro** que se disse: -----

“Em relação às intervenções e às condescendências realmente tem-se aplicado e é compreensível, estamos a começar o mandato, que haja alguma liberdade nas intervenções, nos momentos das intervenções etc. Nos mandatos anteriores, estou-me a reportar não só aos últimos mandatos mas a mandatos anteriores e noutras assembleias, normalmente há uma sequência, abrem-se as inscrições e depois como disse a Senhora Presidente da Assembleia e, muito bem, há defesa de honra por exemplo. O que se tem verificado noutras assembleias é que depois das intervenções há novas intervenções, novas inscrições sem ser para defender honra, sem ser para falar sobre o tema para falar sobre outros temas inclusive e, lá está, passados estes tempos acho por bem normalizarmos os momentos até para evitar bate bocas alguns excessos do momento é uma sugestão. -----

Em relação a minha intervenção mais concreto -----

O concelho de Almodôvar é das sedes de concelho com piores ligações de transportes públicos para fora do Município, como é de conhecimento de todos. Pelo que é de salutar todas as iniciativas tidas anteriormente, como as que há a promover. ---

A bancada do Partido Socialista gostava de saber que plano existe para um interface de transportes junto ao nó da A2 de Almodôvar, proclamado na campanha eleitoral pelo PSD. -----

Chamou-me a atenção a mim e a muitas pessoas. -----

A fim de nos elucidar, dirigimos ao Senhor Presidente as seguintes questões, pois certamente saberá melhor que ninguém os dados: -----

- Que empresas de transportes públicos foram contactadas para formular esta solução ou hipótese? Certamente houve contactos. -----

Uma vez que não identificámos situações análogas em Portugal, que configurasse qualquer coisa parecida com isto, com uma localização fora de uma povoação, é importante saber: Em que exemplos se fundamentaram? -----

O caso do terminal do centro/sul, em Almada, embora junto à A2, fica numa cidade e num concelho com cerca de 180 000 habitantes, para além de ser vizinho do concelho do Seixal com cerca de 160 000 habitantes. Por comparação, como escala, constata-se que o Baixo Alentejo totaliza cerca de 115 000 habitantes distribuídos por 14 concelhos.

- Como funcionaria, que área e infraestruturas necessárias?-----

- Que transportes seriam disponibilizados para a ligação à sede de concelho? Seria transporte público?-----

Embora tenhamos sérias dúvidas sobre a aplicabilidade e enquadramento do modelo, não obstante possa parecer interessante no ponto de vista de fórmula teórica, queremos crer que esta proposta não terá sido divulgada/avançada publicamente de “ânimo leve”, sem dados e avaliação fundamentada, daí pedirmos os esclarecimentos de quem conhece o processo e as diligências efetuadas. Certamente foram feitos muitos contactos e muitos estudos. -----

A questão dos transportes públicos de e para o concelho de Almodôvar é uma preocupação de todos nós, já todos falamos sobre isto e gostávamos de ver resolvido, e exige uma resposta séria, responsável e exequível, que possa ser praticável. -----

Almodôvar apresenta um défice alarmante de ligações rodoviárias. Somos um dos poucos concelhos do país com apenas uma ligação diária de expresso a Lisboa. Durante a pandemia perdemos ainda o expresso de sexta-feira e domingo, tanto no sentido Lisboa - Almodôvar como no sentido contrário, não tendo sido reposta a ligação até ao momento. -----

Mais grave ainda, sem ligação às capitais de distrito das regiões circunstantes: não existe qualquer expresso de e para Faro, Beja ou Évora. Outros concelhos vizinhos, como Castro Verde, Ourique ou Aljustrel, dispõem de várias ligações diárias, incluindo aos fins-de-semana. Almodôvar, sendo o concelho mais a sul do Alentejo, não tem uma única ligação direta ao Algarve. -----

Não temos também uma verdadeira alternativa ferroviária, pois a estação da Funcheira, fica a mais de 30 quilómetros. -----

É urgente:-----

- Repor o expresso de sexta-feira e domingo entre Lisboa e Almodôvar;-----

- Garantir ligações entre Évora/ Beja e Faro e vice-versa, com paragem em Almodôvar;-----

- Garantir ligações de e para Faro, através de expressos de e para Lisboa;-----

- Avaliar a possibilidade de adaptação de itinerários já existentes, aproveitando o acesso à autoestrada e a ligação pela EN2, sem perda significativa de tempo de viagem.

Há um expresso por exemplo que vem de Évora e chega a Beja faz o desvio por Aljustrel e vai a Castro Verde. Passam outros em Castro Verde, porque não podem passar em Almodôvar e depois irem pela autoestrada? -----

Estamos a falar de acessibilidade, de igualdade territorial, de apoio aos estudantes, aos trabalhadores deslocados e às famílias, como também permitir o acesso a quem nos quer visitar ou tem assuntos a tratar. Estamos a falar de desenvolvimento económico e de coesão territorial.-----

Nesse sentido, propomos a criação de uma comissão composta por representantes das bancadas da Assembleia Municipal, em parceria com a Câmara Municipal, com o apoio técnico e jurídico, para: -----

- Levantar dados concretos sobre horários e itinerários, já tenho alguns apontamentos, se avançarem com esta Comissão teria todo o gosto em fazer parte;-----  
- Analisar fluxos de estudantes e trabalhadores do concelho;-----  
- Mostrar a viabilidade técnica e económica das novas ligações; a viabilidade técnica é fácil de comprovar. -----

- Elaborar uma exposição fundamentada a remeter ao Conselho de Administração da Rede de Expressos, solicitando reunião.-----

O que propomos, assim, é trabalho, concertação e ação concreta. -----

Neste sentido, a bancada do Partido Socialista propõe que esta Assembleia vote favoravelmente a constituição desta Comissão e dê início imediato a este processo. -----

Porque Almodôvar não pode continuar isolado no acesso aos transportes públicos. Porque a mobilidade é um direito. Porque o desenvolvimento do concelho depende também de boas ligações ao resto do país.-----

Como é que nós podemos estar a falar do desenvolvimento de Almodôvar sem ter uma ligação, é impossível.”-----

Continuando, fez a sua intervenção o **deputado Tiago Casimiro** que referiu:-----

“Há quem diga que, por vezes, nas Assembleias Municipais, o que fica é a forma. Eu digo que o importante é deixar as pessoas a pensar. Porque quando as nossas palavras geram reflexão, quando provocam conversa, seja pela forma ou pelo conteúdo, é sinal de que de alguma forma deixámos a nossa marca. -----

Não estou aqui para olhar para trás, muito menos para falar de questões pessoais, mas sim para a qual fui eleito, para falar de questões políticas. -----

Porém, se eventualmente a Senhora Vereadora se sentiu ofendida, lamento, peço as minhas desculpas, chamaram-me à atenção mas volto a reiterar, estou a falar de questões políticas e não de questões pessoais e no dia que o fizer não preciso que ninguém me diga e saio pela porta da rua. -----

O meu compromisso é olhar em frente, e caminhar lado a lado com todos, pelo futuro de Almodôvar.-----

Vamos ao que interessa. -----

É um gosto enorme estar hoje aqui, na Freguesia do Rosário, nesta que é a primeira Assembleia Municipal descentralizada deste mandato. Uma freguesia que tem conseguido algo que merece ser destacado. Praticamente manter a sua população. Numa realidade em que tantas terras enfrentam o despovoamento, o Rosário afirma-se como um eixo estratégico entre Castro Verde e Almodôvar, sendo cada vez mais a escolha de quem decide viver e construir aqui o seu caminho, estabilizando a sua população neste século XXI.-----

Recordo-me de uma jovem que, durante a campanha eleitoral, nos disse que tinha deixado Portimão para vir viver para o Rosário. Esta realidade deve fazer-nos refletir.---

Deve fazer-nos perceber a importância desta freguesia para o nosso concelho. Deve fazer-nos perceber que o Rosário tem presente, mas acima de tudo, tem futuro. -----

Não esquecer a importância da Mina para a freguesia.-----

É um prazer estar numa freguesia com espírito jovem. Uma freguesia onde a juventude participa, se envolve e faz acontecer, com uma Associação ativa e dinâmica. E tenho também de reconhecer, com justiça, o espírito jovem do Senhor Presidente de Junta. Mesmo estando em lados políticos diferentes, aquilo que é justo deve ser dito. ----

O Rosário é hoje um exemplo. Um exemplo para Almodôvar. Um exemplo para o PSD. Um exemplo para todos.-----

Sobre o que aqui quero falar, destaco o investimento contínuo deste executivo nas bolsas de estudo. Mais de 40 mil euros investidos. Este ano, foram atribuídas 88 bolsas, abrangendo licenciaturas, mestrados e cursos profissionais, com apoios entre os 350 e os 700 euros.-----

Estes números representam muito mais do que valores. Representam oportunidades. Representam esperança. Representam famílias que sentem que não estão sozinhas.-----

Quero também dar publicamente os parabéns à nossa atleta Chiara, pela conquista da medalha de bronze no Europeu de Karaté. Uma conquista que honra o seu esforço, o seu Clube e o nome de Almodôvar. -----

E permitam-me também reconhecer todos os atletas Almodovarenses que representam o Clube de Orientação Aventura Litoral Alentejano. Mês após mês somos presenteados com pódios, vitórias e demonstrações claras de enorme talento. Com receio de me esquecer de alguém, faço este reconhecimento coletivo, mas muito sincero.

E deixo um apelo a todos os Almodovarenses, acompanhem os nossos jovens, sigam o seu percurso, valorizem o seu esforço. Porque temos talento. Porque temos orgulho. E, acima de tudo, porque temos futuro. E estes atletas do Clube de Orientação são exemplo. -----

Mas quero também referir a publicação feita pelo, Vila Negra Karaté Clube de Almodôvar, onde agradecem o apoio recebido, nomeadamente dos Bombeiros Voluntários de Almodôvar e do Município, mas onde também deixam claro que as condições estão longe das ideais. -----

Sobre esta modalidade sei do que falo. Sei porque tenho amigos que a praticam e falam comigo. Sei porque quem lá está nunca fechou portas. Sempre mostrou abertura, transparência e vontade de nos mostrar. E quando assim é, temos o dever de ouvir. -----

Se há modalidade que tem levado o nome de Almodôvar além-fronteiras nos últimos tempos, é o Karaté. E o Karaté luta há quase 12 anos por melhores condições. Há modalidades que nunca estiveram sozinhas, ou que não se podem queixar disso. O Karaté pode. E isso deve fazer-nos refletir. -----

Espero e acredito que este Executivo tenha e vá ter em atenção estas exposições feitas. -----

Quase a terminar, quero realçar que, este fim-de-semana realiza-se a prova mais importante do calendário nacional de masters: a Volta ao Concelho de Almodôvar. -----

Uma prova que continua a crescer, que continua a afirmar-se e que este ano conta com o contributo de um histórico do ciclismo nacional, João Cabreira, vencedor da Volta ao Algarve 2006, e com o envolvimento fundamental da Casa do Benfica de Almodôvar, para além do enorme apoio do Município, que este executivo continua a apostar. -----

Permitam-me também uma nota pessoal,-----

A Volta do ano passado foi particularmente especial para mim e para a minha família, com a inauguração da Avenida Henrique Casimiro, na Corte Zorrinho. Um momento que jamais esqueceremos. Um momento que nos marcou profundamente. E por isso deixo aqui, mais uma vez, a nossa eterna gratidão a todos os que contribuíram para essa homenagem.-----

Este ano, a Corte Zorrinho volta a receber o ciclismo. Volta a sentir a emoção. Volta a fazer parte desta grande prova, com uma meta volante já este domingo.-----

A todos os almodovarenses. A todas as Freguesias. Venham assistir à Volta ao Concelho. Venham apoiar os atletas. Venham viver este evento

Porque Almodôvar não é apenas o lugar onde vivemos. Também queremos um concelho que aos fim-de-semana seja ativo, não esteja vazio, faça as pessoas sair de casa.-----

Almodôvar é a terra que representamos. E como se costumava dizer no ciclismo... -----

Vemo-nos na estrada. Obrigado” -----

[APÓS DIALOGO ENTRE OS DEPUTADOS RUI GUERREIRO E DIOGO LANÇA QUE NÃO FOI GRAVADO POR NÃO TER SIDO PROFERIDO AO MICROFONE.](#) -----

Nesta sequência, a **Presidente da Assembleia** esclareceu:-----

“Senhor deputado Rui Guerreiro, o Regimento prevê uma segunda volta de intervenções. É suposto ter 15 minutos para cada uma, apesar de termos ultrapassado o tempo. -----

Também, como eu disse há pouco, a pessoa que se sinta ofendida na sua honra que recorde, é algo que só a ela cabe definir, de acordo com o Regimento, tem o direito de solicitar a palavra e tem 3 minutos para se defender e é nesse âmbito que estou a dar a palavra ao Deputado Diogo Lança.”-----

Seguidamente foi dada a palavra o deputado **Diogo Lança** para **DEFESA DE HONRA** tendo referido:-----

“Na Assembleia onde somos confrontados é que se tem de defender a honra.-----

Relativamente à intervenção do Professor Francisco Abreu importa por começar a dizer o seguinte: se ao fim de 12 anos de governação o Partido Socialista não tivesse feito absolutamente nada, isso seria verdadeiramente uma admiração e uma profunda preocupação, o que causa estranheza é outra coisa, é a reação de ofensa à minha intervenção. -----

Pergunto-lhe com frontalidade, ficaram ofendidos porquê? -----

Por terem sido associados às más escolhas? -----

À desorganização e à forma como compactuaram com o executivo anterior? -----

Então sejamos objetivos e politicamente sérios.-----

Votaram a favor ou contra as obras que foram feitas? -----

Votaram a favor ou contra as que ficaram por fazer ? -----

Dê-me o exemplo concreto de uma proposta que tenham votado contra. -----

As decisões tomadas foram coletivas, as responsabilidades também, não era eu que estava no seu lugar, nem no seu nem no lugar da Senhora Vereadora, mas alguém esteve, e esse alguém governou, decidiu, votou e escolheu caminhos certos ou errados para o nosso concelho. -----

Na política não vale tudo e digo, não apenas como deputado mas como cidadão e empresário que vive neste território, que investe dinheiro e sente com profunda honestidade que o concelho foi mal gerido ao longo deste 4, 8 e 12 anos. -----

E digo mais, sinto-me humilhado não pessoalmente, mas enquanto munícipe pela forma como foram tratados os interesses do nosso concelho, pelas oportunidades perdidas, pela ausência de visão, de estratégia e pela normalização do que nunca devia ter sido normalizado. -----

Assumir responsabilidades não é um ataque político é uma exigência democrática e isso sim, trago aqui hoje: exigência, memória e responsabilidade.”-----

For último, interveio o deputado **Francisco Abreu** para **ESCLARECIMENTOS**, que proferiu: -----

“Só para esclarecer o seguinte: penso que não tenha sido feita nenhuma ofensa à honra, chamei apenas à atenção para algumas palavras duras, pesadas com que somos conotados, com certas situações que não estão no nosso ADN e não tem nada a ver com isso. -----

Não tem nada a ver com isso, isto é, conscientemente o termo compactuar é um termo duro, é um termo pesado e depois quando se diz também, o Partido Socialista deixou o concelho ao abandono e todo abandalhado. O Partido Socialista não é uma coisa abstrata, eu sou o Partido Socialista, o Nelson é o Partido Socialista, o Senhor Amaro, o Vítor, todos aqueles, quer como deputados municipais, quer como Presidentes de Junta, somos o Partido Socialista, somos pessoas não é só uma coisa abstrata e a minha ideia de vir aqui com aquelas palavras, ao contrário do que a Senhora Presidente da Assembleia disse, porque no momento às vezes dizemos coisas que não devemos e, além disso, as sessões que houve foram sessões extraordinárias que não tem período das intervenções e então não o podia fazer. -----

As palavras que eu disse foram no sentido de conciliar algumas atitudes que tomaram o jovem Diogo Lança e o jovem Casimiro que eu conheço bem. -----

O Senhor deputado Diogo Lança é um jovem e até aprecio a sua postura enquanto Presidente de Junta. Aliás aproveite para lhe agradecer pessoalmente e em público a rapidez com que resolveu o assunto que eu solicitei, que é o arranjo do caminho que estava praticamente intransitável, falei com a Junta, com o Senhor Vítor e depois com o Senhor Presidente Diogo Lança e praticamente no dia seguinte foram lá arranjar aquilo de maneira a que aquele caminho do monte ficasse transitável, portanto, dinâmico, jovem, aprecio muito o seu trabalho.-----

A minha ideia com esta intervenção era uma ideia no sentido reconciliador mais nada, para termos tranquilidade, temos ideias diferentes, estamos em partidos diferentes mas todos nós queremos o melhor para Almodôvar.-----

Na nossa opinião vocês têm de ter um bocado de cuidado com as palavras.-----

No final gostava de falar em particular com os dois, não é para acertar contas é mesmo para falarmos como amigos.”-----

Dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, começou por esclarecer:-----

“O Senhor Presidente da Junta aqui do Rosário colocou aqui uma questão, efetivamente o semáforo está avariado há mesmo muito, muito tempo, mas já está adjudicado, foi adjudicado a semana passada, a empresa naturalmente vai vir cá, vai ser incluído um equipamento que lá devia estar, que é um UPS e foi alterado o teclado para que não haja mais avarias.-----

No que concerne ao PDM, tivemos uma reunião com a empresa que está a rever o PDM e fizemos um deadline à empresa para que o procedimento tenha no máximo 1 ano e meio incluindo Aviso no Diário da República e todos os procedimentos que são necessários à efetiva alteração do próprio PDM, não precisava desta resposta mas como já tínhamos esta informação.-----

Na questão do loteamento, temos estado a verificar o loteamento aqui do Rosário, ao que sabemos, com uma proposta inicial efetivamente que tem mais de 12 anos, tem uma proposta inicial que veio no seguimento da compra do terreno e depois tem havido algumas alterações. Não há neste momento, na Câmara, nada que diga efetivamente porque é que está ou como é que está o loteamento. Há ideias e há propostas mas não há um loteamento feito. É aquilo que pretendemos fazer, é lançar efetivamente o loteamento de uma vez por todas, não é andarmos aqui a falar de loteamento quando não há loteamento nenhum. Há um desenho e uma proposta de 20 lotes mas mais do que isso não existe, não existe nenhum projeto de loteamento, existe efetivamente só essa parte e estamos a tentar o mais rapidamente possível, porque entendemos que os loteamentos, quer este, quer o da Corte Zorrinho, quer o da Aldeia dos Fernandes, quer outros que estão aí pendurados, que se fala há muito tempo, que sejam começados. ---- Teve lugar esta semana uma reunião para desbloquear definitivamente, contamos que nos próximos meses o loteamento do Maldonado, que é privado, o loteamento é privado mas a Câmara pode desbloqueá-lo. Muito possivelmente o loteamento do Maldonado vai ser desbloqueado muito rapidamente presumivelmente um mês ou pouco mais nós temos de o desbloquear e terminar o próprio loteamento.-----

Na questão que fala de A-do-Neves e, já que fala de A-do-Neves, tomamos posse administrativa do famoso edifício que está em rotura que irá ser demolido nos próximos dias a partir de segunda-feira.-----

A posse administrativa foi tomada hoje, passados todos os prazos imaginários que nós podemos dar aos proprietários que não reclamaram, isto é, não encontraram uma solução definitiva e a partir de segunda-feira está já adjudicada a empresa que faz a demolição total do edifício, não sei quantos dias serão mas, presumo que no máximo temos um prazo de 10 dias para executar mas, será naturalmente menos.-----

Na questão dos sanitários públicos de A-do-Neves tenho a dizer que não consigo ainda dar uma resposta concreta de qual é, dentro das GOP as que vamos conseguir fazer. -----

Na questão da fibra ótica fomos levantar este processo, efetivamente não há ainda uma proposta, já há algum tempo que uma empresa privada vem solicitar que a Câmara pague 70 mil euros para que haja fibra ótica no Rosário. Essa empresa privada vai ganhar dinheiro com essa fibra ótica que vai ser disponibilizada pelos proprietários, não fechamos a porta a isto, não vamos dizer que não mas, naturalmente, o dinheiro público é uma coisa que me preocupa e preocupa a este executivo muito, não pode estar a dar 70 mil euros a uma empresa privada para ela própria desenvolver essa atividade. O financiamento é incomportável pelo número de equipamentos que poderá vir a instalar no Rosário, após esse diálogo e essa conversação, se a Câmara tiver que investir algum valor para o bem-estar e existir a rede no Rosário, naturalmente que o vamos fazer. -----

À deputada Inês Barradas, explicar que a presidência aberta vem no seguimento de uma proposta eleitoral do PSD na campanha eleitoral autárquica ir por todas as freguesias, a freguesia do Rosário será a próxima freguesia. O Senhor Presidente da Junta já foi contactado no sentido de encontrarmos, era agora era já no final do mês fevereiro, mas depois foi um bocadinho em cima, por culpa do executivo, mas durante o mês de março encontramos aqui esta visita a freguesia do Rosário e termos os contactos com a população que forem necessários, é para isso que cá estamos para ouvir a população e ouvir os seus anseios tentando sempre resolver os problemas o mais rapidamente possível e quando as pessoas vão à Câmara muitas vezes não é o Presidente que os atende. Chegamos à conclusão que os atendimentos de terça-feira às vezes são mais profícuos quando são feitos pelos Senhores Vereadores ou inclusivamente pelo Chefe de Gabinete porque mais rapidamente chegam aos problemas, sendo que a grande parte dos problemas dos nossos municípios que são apresentados à terça-feira de manhã são relacionados ou com a ação social, ou com obras que estão atrasadas, ou processos de obras que não têm resposta. -----

Sempre que necessitam de falar com o Presidente eu estou sempre disponível para falar com toda a gente, como é natural, o que nós queremos é ser céleres em responder e em encontrar soluções para os cidadãos que necessitam dos serviços da autarquia. ----

A Senhora deputada Ana Guerreiro veio falar das alterações climáticas que é uma situação que me é muito sensível, sou formador de situações de exceção há mais de 20 anos e sei claramente do que estamos a falar. Ainda hoje estava em contacto com uma pessoa em Leiria, num evento onde estive e, falava-se efetivamente do que é que nós temos de formação relativamente às alterações climáticas e nestes contextos, foi o primeiro contexto mais grave que aconteceu em Portugal, foi confirmado por esta residente em Leiria, que nos primeiros 4,5 dias, nós só podemos contar com as pessoas do nosso bairro, passados esses 5 dias é que podemos contar com o reforço efetivo daquilo que são os meios de socorro. Almodôvar como todos sabem, que eu disse na campanha eleitoral, não dispõe de um Serviço Municipal de Proteção Civil, obrigatório desde 2017 e, não dispõe de Coordenador Operacional Municipal, obrigatório desde 2019, e é nesse sentido que nós estamos a trabalhar.-----

Dia 1 de abril será nomeado pelo Presidente da Câmara, o Coordenador Operacional Municipal e será ativado o Serviço Municipal de Proteção Civil. -----

No âmbito do programa 20/30 vamos adquirir 3 geradores, um de 60 KVA e dois de 30 KVA, todos rodados, ou seja, todos em cima de reboques, para poder acudir numa situação de falha de energia ou numa situação de exceção e que possamos acolher aquilo que é o mais importante, que são as unidades hospitalares e os lares, sabendo que Almodôvar só tem um gerador que está instalado nos Bombeiros e não tem gerador para mais nenhum equipamento público e nesse sentido vamos fazer um investimento. Vamos inclusivamente fazer também no Serviço Municipal de Proteção Civil, os planos de emergência de todos os espaços públicos, pois nenhum espaço público em

Almodôvar tem plano de emergência, nem a escola. Existe um trabalho na escola efetuado, por falta do plano de emergência e das medidas de autoproteção, existe um trabalho efetuado no sentido de criar algumas normas para a evacuação das crianças e é feito um teste a esse trabalho mas isso não é um plano nem está certificado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil. Nesse sentido é que vamos trabalhar, vamos tentar chegar a melhores resultados o mais rápido que conseguirmos.-----

São essas medidas de prevenção como a criação das aldeias seguras que é um projeto muito acarinhado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, como a criação dos Clubes de Proteção Civil nas escolas, tudo isso vai ser promovido pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, são coisas que estão feitas, já existem manuais, está tudo preparado é só implementar, não há nenhuma novidade.-----

Naquilo que me fala da água, explicar que a Federação de Agricultores do Baixo Alentejo, acompanhada por Almodôvar e por outros concelhos, vai fazer um estudo hídrico de todo o Baixo Alentejo, vamos encontrar quais são as melhores, as possíveis barragens ou captações de água, no sentido de retermos alguma água, sendo que estes ciclos de falta de água e de água a mais, vão ser cada vez mais significativos e cada vez temos que ter mais reservas. Neste sentido, a Câmara Municipal juntou-se à Federação de Agricultores do Baixo Alentejo e com a CCDR para haver um investimento de 85% de Fundos Comunitários e 15% das entidades cooperantes, no caso da Câmara Municipal de Almodôvar, que irão fazer esse estudo, no sentido de termos projeto, porque sem projetos nunca nos poderemos candidatar a nenhum programa de financiamento, reportarmos claramente as necessidades hídricas do concelho, muito concretamente em zonas e freguesias onde temos parques cursos de água e que temos mesmo que reforçar aqui no concelho de Almodôvar.-----

Reforçamos ainda que, Almodôvar, não tem o regadio do Alqueva, não tem nenhum tipo de regadio e não tem nenhum apoio agrícola. Este ano toda a gente fala de água, mas todos sabemos que muitas vezes não chega e muitos não têm para dar de beber aos animais nem têm como regar as pequenas hortas ou fazendas.-----

Tivemos também neste âmbito, uma reunião com o Senhor Secretário do Estado da Energia, no sentido de solucionar o problema da Graça dos Padrões na falta de água devido ao desenvolvimento da sociedade mineira. A Graça não tem nenhum ponto de água, os poços, os furos que tinham para dar água aos animais e inclusivamente para algumas hortas simplesmente desapareceram, não têm esses pontos porque eles secaram.-----

A reunião teve 2 temas concretos: um deles é utilizar água dura, ou seja, água não tratada e disponibilizá-la gratuitamente à população, o que o Senhor Secretário de Estado achou muito bem, e muito possivelmente será feita uma segunda rede de transporte de água para a Graça dos Padrões onde será disponibilizado, com contador, não poderá gastar infundavelmente, mas terá quantidade findável que poderá gastar para dar de beber a animais e para regar as suas hortas. Não é atividade agrícola de regadio, estamos a falar da necessidade de um quintal ou de meia dúzia de animais do mundo da ruralidade.-----

Também foi falada a questão da ETAR da Graça dos Padrões e da Semblana. Como sabemos essas ETAR's estão completamente fora de hipótese de recuperação e têm de ser construídas novas mas existe a vontade da Somincor de tratar esses resíduos na somincor para aproveitar a água do resíduo para as lavarias. Neste sentido, teria de haver uma autorização Ministerial, o que estamos a tratar, a Senhora Ministra achou que a ideia era boa, utilizar água residual para a lavaria e aí não precisávamos de construir as duas ETAR's construíamos unicamente a ligação de canalizações das 2 ETAR'S quer uma, quer outra, para a ETAR da Somincor. Todos estes trabalhos estão em estudo, não estão bem em estudo neste momento já está mesmo em trabalhos para se executar.-----

Lembrar a Ribeira do Adão, vamos fazer uma intervenção de adaptação paisagística regenerativa através do programa 20/30 em toda a Ribeira do Adão, vamos tentar com recursos do município iniciar já o investimento das canalizações de resíduos e águas ou seja, os resíduos para baixo águas para cima, para a Barragem do Monte Clérigo, está lá uma unidade hoteleira inclusivamente está lá um edifício do município e não tem ligação de águas e de resíduos há rede pública. -----

Queria lembrar ao Senhor deputado Rui Guerreiro, que os transportes públicos, o que nós chamamos públicos são privados, ou seja, o transporte público da TRIMBAL que é público, que faz parte da CIMBAL com os municípios, mas, a rede expresso, a FLEXIBUS e todos esses são empresas privadas, as empresas privadas fazem os serviços que nós quisermos pagar. Eu estudei em Lisboa como todos sabem, aos 15 anos fui estudar para Lisboa e vinha muitas vezes nessa famosa carreira que o Senhor deputado Rui Guerreiro fala e, que existia a carreira para Faro. Efetivamente nós estamos num concelho onde houve um grande desinvestimento nesta matéria, diminuiu o número de habitantes, nós temos menos clientes e foi assim que acabou a ferrovia e é os problemas que temos hoje na rede de transportes públicos. O que é que se está a fazer para melhorar efetivamente aquele projeto da A2, área de serviço da autoestrada, é uma inovação, não existe nenhum, a própria Brisa diz que não existe nenhum mas, está a estudar a possibilidade com a parte da legalidade de poder fazer. Não há nenhum interface, não se vai construir nenhum interface, é única exclusivamente utilizar a área de serviço para a entrada e saída de passageiros. Passam pela A2 cerca de 60 autocarros sul/norte norte/sul, vários operadores, a operadora que foi contactada que é a FLEXIBUS que mostrou todo o interesse nas duas redes que têm como transporte, que vão para Espanha e que vão para o norte de Portugal, no sentido se houver uma autorização da Brisa em que os clientes possam entrar e sair mas não há pagamento de bilhete, não há tiragem de bilhetes, é tudo online, como hoje já toda a gente sabe. Para comprar bilhete para o FLEXIBUS não há ninguém que venda o bilhete é comprado online -----

Também não está previsto inicialmente o transporte público de Almodôvar ou outra freguesia qualquer para lá, embora exista essa possibilidade através de um outro projeto que falo já a seguir.-----

Queria só dizer que a única coisa que este projeto vai ter em conta é a construção de dois parques de estacionamento um no sentido sul/norte e outro no sentido norte/sul fora da área de serviço, no sentido das pessoas deixarem lá as suas viaturas, com vídeo vigilância e puderem entrar no expresso e tratarem dos seus assuntos e quando voltarem terem lá as viaturas. Quem não tem viaturas, pois naturalmente poderemos depois tentar encontrar outra solução, embora a CIMBAL já encontrou aqui uma solução através de uma coisa que vai aparecer nas vossas caixas do correio nos próximos dias e que é o transporte flexível. -----

O transporte flexível é efetuado pelos táxis, chama-se “Praça”, portanto são os taxistas da nossa praça que fazem, foram criados, isto vem naturalmente de negociações anteriores, embora eu tenha feito aqui uma alteração a uma coisa concreta que já passo a dizer. Foram criados um conjunto de transportes flexíveis em que há uma rede, basta uma das pessoas, dessa rede onde o táxi irá passar, compre o bilhete e o táxi faz a volta, inclusivamente ao sábado para ir a consultas a Beja. O transporte flexível é possível, no fundo é um táxi que está contratualizado para um determinado caminho, sairá de um ponto A, passará por alguns pontos e com destino a um ponto B, o custo deste destino todo é dividido pelo número de cliente que vão no táxi, é um pouco isto, é o transporte flexível. Vamos ter agora 6 meses gratuito, é a implementação do programa, isto vem com dinheiros do 20/30, mas passados esses 6 meses os utilizadores poderão pagar a compra desses bilhetes, é quase como os bilhetes da FLEXIBUS, têm de ser comprados online e vamos tentar depois ainda a colaboração das Juntas de Freguesia, se assim o entenderem, porque sabemos que muitos dos nossos residentes não têm essa

capacidade online, as colaboração das Juntas de Freguesia no sentido de apoiarem essas pessoas na compra dos bilhetes a essa central de transporte porque, inicialmente há a necessidade de fazer um registo da própria pessoa na plataforma. -----

Neste sentido e aproveitando o transporte flexível estava prevista uma rota intermunicipal que fazia Mértola, Castro Verde, Ourique, Funcheira para o primeiro comboio do dia e depois faria o retorno no último comboio do dia para se iniciar, depois, se existissem mais clientes essa rota viria a aumentar. -----

Na última reunião eu impus que existisse também a ligação a Almodôvar, seria Almodôvar/ Castro Verde e apanhamos esta rota ou Almodôvar/ Ourique e apanhamos esta rota. -----

Se for Almodôvar/Castro Verde passará aqui no Rosário se for Almodôvar/Ourique passará na Aldeia dos Fernandes e na Corte Zorrinho para apanhar alguém que depois vai apanhar o comboio e para ir para o destino, a maior parte Lisboa, e depois no retorno também haverá esta rota. -----

É um pouco isto que nós estamos a fazer no âmbito dos transportes públicos e tudo isto as empresas que são privadas é pago pelos municípios agora apoiados pelos programas PRR e pelo 20/30. -----

Dizer-lhe que em 2029 os fundos comunitários vão diminuir drasticamente e neste sentido teremos que repensar os investimentos no município, para estes concelhos chamados de interioridade ou então faremos aquilo que nós pretendemos que é aumentar o número de habitantes e tornar apetecível os transportes públicos e não passam por Castro Verde sem vir a Almodôvar e entrar depois na autoestrada. Tenham aqui clientes suficientes que lhe seja apetecível fazer. A questão da A2 parece-nos ser uma solução muito boa e se houver mais clientes naturalmente haverá entre Almodôvar e algumas freguesias, faremos o transporte de pessoas para lá para apanharem e para regressarem em 60 autocarros, como podem ver será muito possível termos todos transportes assegurados. -----

Estamos a trabalhar, a encontrar soluções para as pessoas do transporte porque entendemos efetivamente que é, e concordo com o Senhor deputado, é muito mau Almodôvar estar a 60 km de Faro e não ter nenhum transporte público. -----

Nós efetivamente no município, e tem vindo já do antecedente, o transporte para os estudantes à sexta-feira e ao domingo, irá continuar é um apoio que é efetuado, temos os bilhetes àqueles que não têm essa possibilidade. Por vezes há aqui, por acaso aqui do Rosário temos 2 situações de pessoas que não receberam dinheiro dos bilhetes mas depois desbloquearam a situação, efetivamente há bilhetes que não foram bem remetidos para a Câmara e a Câmara não tinha acesso aos documentos mas, sempre que existir alguma situação do género é contactar a autarquia, naturalmente, encontramos de imediato a solução e a resposta para esse apoio. -----

Senhora deputada Inês, o balanço da presidência aberta é extraordinário o contacto com as pessoas é extraordinário, eu disse isto na campanha eleitoral, já não estamos em campanha mas, volto a dizer que o que melhor fiz na campanha eleitoral e gostei mais de fazer, foi ir à casa de praticamente todas as pessoas e falar com todas as pessoas e debatermos assuntos de Almodôvar com todas as pessoas, quero continuar a fazer pois não há uma boa governação do concelho se nós não falarmos com a grande maioria das pessoas. -----

Explicar que as presidências abertas, já que a próxima é aqui Rosário, funcionam de acordo com o que as pessoas quiserem ou precisarem, eu disponibilizo o tempo que quiserem, do executivo ou só do Presidente ou só dos Vereadores para aquilo que entenderem, o que costumamos fazer é, são 3 tardes ou 3 dias, ou aquilo que se entender, desde que haja aqui algum acordo, 1 ou 2 ou 3 dias. Aqui temos a A-do-Neves e temos o Rosário, pode ser uma sessão na A-do-Neves e 1 sessão no Rosário, é estar numa sala à disponibilidade do que as pessoas queiram perguntar e aquilo que tenham inclusivamente a necessidade de serem esclarecidos, seja do que for, no que concerne

naturalmente às questões do município e dos serviços do município daquilo que nós podemos apoiar.”-----

Para encerrar este ponto a **Presidente da Assembleia** esclareceu o seguinte:-----

“Fechamos o ponto das intervenções que foi bastante longo. -----

Refiro que hoje tivemos aqui um regime excepcional, que vamos ter de controlar a partir das próximas sessões, por isso peço aos Senhores Deputados que tenham alguma contenção no tempo das suas intervenções, este ponto, de acordo com a Lei e o Regimento deve ter o máximo de 60 minutos. Nós ainda não tivemos oportunidade de começar a revisão ao Regimento, mas quando o fizermos poderemos rever esta questão do tempo para intervir e perceber como maximizar a sua utilização.” -----

**C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

Prosseguindo, e antes de iniciar o período da ordem do dia a Presidente da Assembleia disse o seguinte:-----

**“SOLICITO AOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS QUE AUTORIZEM A COMUTAÇÃO DOS PONTOS DA ORDEM DO DIA, ISTO É, QUE O PONTO C.4 SEJA O PRIMEIRO A SER TRATADO E QUE, A PARTIR DAÍ, SE RETOME A ORDEM DE TRABALHOS NORMAL. -----**

Como temos uma agenda bastante extensa e um dos pontos da ordem do dia é a apresentação do relatório da CPCJ e temos a Presidente da CPCJ, a Senhora Cátia Coelho, para apresentá-lo, e tem crianças pequenas, solicito que se comece por este ponto para que ela possa ficar liberta e depois poder abandonar a reunião. -----

Vêm algum inconveniente em que a senhora Cátia Coelho apresente o relatório e depois então entraríamos na ordem do dia tal como está agendada?” -----

**A Assembleia em nada obistou.** -----

**C.4 - APRECIÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA CPCJ - COMISSÃO PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS DE ALMODÔVAR, REPORTADO A 2025;** -----

Uma vez que não houve inconveniente por parte do plenário, a **Presidente da Assembleia** introduziu o ponto e disse:-----

“A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almodôvar como muitos de vocês sabem, ou praticamente todos, é uma entidade oficial de âmbito municipal que atua acima de tudo na promoção dos direitos das crianças e dos jovens na prevenção e na intervenção de situações de perigo. Tem trabalhado em articulação com diversas instituições locais com o objetivo de assegurar o bem-estar, a segurança e também o desenvolvimento integral de todas as crianças e jovens do nosso concelho. -----

Melhor do que eu e, dai ter feito o convite, porque acho que deve ser quem está no terreno a falar sobre estas matérias, convidava então, a Senhora Presidente da CPCJ a Enf.ª Cátia Coelho, a fazer o favor de tomar a palavra no palanque e falar-nos um pouco sobre este relatório.” -----

A Presidente da Assembleia deu de imediato a palavra à **Senhora Enfermeira Cátia Coelho, Presidente da CPCJ de Almodôvar** que proferiu o seguinte: -----

“Agradeço desde já o convite da Senhora Presidente da Assembleia Municipal e o fato de me ter sido permitido apresentar o relatório antes dos restantes pontos da ordem de trabalho da presente reunião, por motivos pessoais e de índole familiar. -----

Apresento-me perante vossas excelências, Enfermeira Cátia Coelho, representante do ministério da saúde na CPCJ de Almodôvar, a exercer funções no Centro de Saúde de Almodôvar. Assumi o cargo de presidente em Abril do ano passado e mantenho a minha ideia inicial: as funções de Presidente e as de Comissária não são devidamente valorizadas e reconhecidas, tal como, o tempo de afetação à entidade é claramente insuficiente, apenas 7 horas semanais. São funções bastantes exigentes e de grande

responsabilidade, e que muitas vezes se sobrepõem à nossa atividade profissional primária, retiram-nos muito tempo da nossa vida pessoal, sendo já considerado como normal trabalhar na CPCJ fora do horário laboral. -----

Venho apresentar o relatório de atividade anual reportado ao ano de 2025. Este documento está previsto pela Lei n.º 147/99, de 01 de Setembro - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, no artigo 32.º no âmbito da avaliação das CPCJ que nos diz que As comissões de proteção elaboram anualmente um relatório de atividades, com identificação da situação e dos problemas existentes na respetiva área de intervenção territorial em matéria de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em perigo, incluindo dados estatísticos e informações que permitam conhecer a natureza dos casos apreciados e as medidas aplicadas e avaliar as dificuldades e a eficácia da intervenção. -----

No artigo 24º da mesma lei, e no que concerne às diversas competências do Presidente, verifica-se na alínea d)(...) elaborar o dito relatório anual de atividades e avaliação e submetê-los à aprovação da comissão alargada; sendo então que no artigo 18º que diz respeito às Competências da comissão alargada pode-se ler na alínea j) que uma das suas funções é aprovar o relatório anual de atividades e avaliação, posto isto o mesmo é enviado à Comissão Nacional, à assembleia municipal e ao Ministério Público; e é para isso que estou cá hoje, para vos dar a conhecer os resultados do mesmo. -----

Como é do conhecimento de todos, a CPCJ é uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional regulada por uma lei própria que já mencionei anteriormente. Tem como objetivo promover os direitos das crianças e dos jovens, assim como prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Salienta-se que as CPCJ contam com o apoio do Município ao funcionamento, nas vertentes logística, financeira e administrativa, podendo, para o efeito, ser celebrados protocolos de cooperação com os serviços e organismos do Estado representados na Comissão Nacional. O apoio logístico abrange os meios, equipamentos e recursos necessários ao bom funcionamento das comissões de proteção, designadamente, instalações, informática, comunicação e transportes, de acordo com os termos de referência a definir pela Comissão Nacional. ---

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almodôvar é constituída atualmente por 13 comissários, das diferentes entidades definidas pelo artigo 17º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Todos estes elementos integram a modalidade alargada da CPCJ, sendo que 5 destes integram, simultaneamente, a modalidade restrita. Fazem parte ainda desta Comissão um elemento de Apoio Técnico na Modalidade Restrita e Alargada, tendo sido este apoio disponibilizado pelo Município de Almodôvar, desde 02/01/2025. -----

Para além dos elementos acima designados, é importante realçar o papel fundamental que outros elementos têm nesta comissão, nomeadamente: Apoio Administrativo e a Interlocutora do Ministério Público. Em todo o volume de trabalho realizado, há que destacar a imensa importância do Apoio Administrativo e do Apoio Técnico, disponibilizados pela autarquia, sem os quais não teria meios para realizar o bom trabalho que penso que temos realizado. Acho que nunca é demais sublinhar a importância das pessoas certas a trabalhar ao nosso lado. -----

De um modo muito breve, passo a explicar a diferença entre a Modalidade Alargada e a Restrita: -----

- as competências da Modalidade Alargada é promover ações e colaborar com as entidades competentes tendo em vista a deteção de situações que afetem os direitos e interesses das crianças, ou seja, atua no domínio da prevenção primária dos fatores de risco e no apoio às crianças e jovens em perigo, ao fornecer ferramentas às entidades e às próprias crianças para que possam identificar fragilidades e suprimir carências; -----

- a modalidade restrita compete intervir nas situações em que uma criança ou jovem está em perigo. -----

As sinalizações podem chegar a nós por diversas vias, desde as inúmeras entidades públicas e privadas com atribuições em matéria de infância e juventude (nomeadamente autarquias locais, segurança social, escolas, serviços de saúde, forças de segurança, associações desportivas culturais e recreativas) até qualquer indivíduo que se apresente nas instalações da CPCJ e queira relatar alguma preocupação, seja de carácter anónimo ou não. No entanto, a comunicação de perigo online através da plataforma da Comissão Nacional continua a ter um peso relevante. -----

Quando recebidas estas sinalizações de crianças e jovens em situações de perigo, são analisadas em equipa de comissão restrita, realizadas de forma ordinária, quinzenalmente, sendo que em 2025 foram realizadas 37 reuniões, delas 8 extraordinárias. -----

Após instaurado processo, é de extrema importância referir que a intervenção da CPCJ só tem início após o consentimento expresso e por escrito de ambos os progenitores ou detentores da guarda da criança e da própria criança caso tenha idade superior a 12 anos. No caso do não consentimento ou oposição de intervenção, o processo é remetido para o sistema judicial. -----

Este dito processo de promoção e proteção passa por várias fases, tendo início na avaliação diagnóstica culminando no arquivamento, aplicação de medida ou remessa para Ministério Público. -----

Relativamente ao volume processual do ano de 2025, -----

- Foram registradas 53 entradas de processos, sendo estes maioritariamente novos processos de promoção e proteção (32), incluindo ainda 11 processos reabertos e 10 transitados do ano anterior. Deste total, 44 processos foram instruídos, encontrando-se 2 a aguardar deliberação. -----

- Em termos de caracterizações gerais acompanhamos: 36 crianças portuguesas, 1 de nacionalidade belga, 4 nacionalidade brasileira. -----

- Tivemos como entidades sinalizadoras: 15 sinalizações das forças de segurança, 13 dos estabelecimentos de ensino, 4 dos serviços de saúde, 5 pela própria CPCJ, 1 por familiares, 1 de IPSS, 2 denúncias realizadas pela própria mãe e 2 denúncias realizadas pelo pai, 2 reportadas pelo Ministério Público e 29 de forma anónima. -----

- De forma global, verifica-se que a problemática mais frequentemente sinalizada é a “Exposição a Comportamentos que Comprometem o Bem-Estar e Desenvolvimento da Criança (ECPCBEDC)”, assumindo particular relevância nos escalões etários dos 6 aos 8 anos e dos 9 aos 10 anos. Revela contextos familiares e sociais pouco estruturados e potenciadores de risco para o desenvolvimento integral da criança. A negligência parental, incluindo situações de negligência grave, constitui igualmente uma problemática transversal a vários escalões etários, estando presente desde a primeira infância até à adolescência. -----

- Nos escalões mais jovens, a negligência manifesta-se sobretudo ao nível dos cuidados básicos e da supervisão familiar, enquanto nos escalões etários mais altos se associa à falta de acompanhamento educativo e ao desinvestimento parental prolongado. É também no escalão etário dos 6 aos 8 anos que se concentra o maior número de sinalizações. Para além da ECPCBEDC, surgem de forma expressiva situações de negligência, negligência grave e, ainda que de expressão menor, maus-tratos físicos. -----

- A partir dos 9-10 anos, observa-se uma transição progressiva das problemáticas de natureza essencialmente familiar para problemáticas associadas ao comportamento da criança, nomeadamente comportamentos antissociais, indisciplina e falta de supervisão familiar, mantendo-se ainda situações de exposição a contextos familiares desajustados. -----

Nesta sequência, a partir do escalão etário dos 11-14 anos, ganham maior expressão as problemáticas relacionadas com comportamentos de risco, absentismo escolar e dificuldades de integração escolar e social. Estes dados evidenciam uma crescente autonomização dos jovens sem o correspondente suporte familiar e educativo. -----

- Relativamente às medidas aplicadas no ano de 2025, aplicamos apenas 1 medida cautelar junto de outro familiar. -----

- Tivemos 16 crianças com medida de apoio junto dos pais, e mantivemos uma criança 1 acolhimento residencial que passou posteriormente para medida junto dos pais e posso dizer que já foi arquivado no ano 2025. -----

- Foram arquivados 36 processos, 28 após período de avaliação diagnóstica. Verificaram-se 2 arquivamento liminares, 2 remessa a tribunal e 4 transferência de competência territorial. -----

- No final do período em análise, a CPCJ contava com 48 processos de promoção e proteção acompanhados durante o ano e 17 processos ativos, sendo que 2 destes 17, estariam à data da retirada de relatórios, em processo de análise preliminar por se encontrarem em pedido de transferência para a CPCJ competente. -----

- Um dado muito importante: em 2025, não foi necessário acionar nenhum procedimento de urgência. -----

Agora relativamente às atividades, é possível visualizar na página 27 às quais em que esta CPCJ participou, tais como diversas atividades realizadas ao longo do ano com o Agrupamento de Escolas de Almodôvar, a realização de laços azuis em colaboração com o CACI da Cercicoa e o Aniversário da CPCJ - Tertúlia sobre "Parentalidade Positiva, com a presença do Dr. Alfredo Leite, que na sua mensagem deixou claro que a parentalidade positiva não é permissividade, mas sim uma forma de educar com autoridade baseada no respeito e no diálogo, que se realizou no cineteatro de Almodôvar a 10/10/2025. -----

Para finalizar posso referir que o contexto processual referente a 2025 e no que concerne a análise dos dados relativos a esta CPCJ permite afirmar que o ano transato foi um ano com um grande volume de processos, devo dizer que superior ao ano de 2024, e que se continua a impor aos comissários da Comissão na Modalidade Restrita uma grande capacidade de entreaajuda, flexibilidade, disponibilidade, empenho e dedicação. Conseguindo-se, assim, dar respostas adequadas a cada caso, mesmo em épocas de grande volume de serviços nas entidades de origem e as escassas horas que as comissárias têm disponíveis para desempenharem as suas funções. -----

O ano de 2025 ficou marcado por significativas alterações na composição da equipa da CPCJ, com sucessivas mudanças de elementos e períodos em que a Comissão funcionou com um número reduzido de técnicos, posso dizer aqui que tivemos cerca de 3 meses com apenas 3 comissários. Esta realidade teve impacto direto na gestão diária dos processos e condicionou a capacidade de resposta organizacional, tornando mais exigente a gestão simultânea dos processos em acompanhamento e dificultando a planificação, execução e avaliação de novas atividades de prevenção e sensibilização comunitária, inicialmente previstas no Plano de Atividades. No entanto, e apesar dos constrangimentos, a CPCJ de Almodôvar manteve sempre, sem minimizar esforços, o seu compromisso fundamental com a promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens, assegurando, em todos os momentos, a intervenção necessária nas situações de perigo identificadas. Mesmo perante limitações de recursos humanos e constrangimentos organizacionais, a equipa procurou dar o seu melhor, colocando sempre o bem-estar, a segurança e o superior interesse da criança no centro da sua atuação. -----

Relativamente à execução financeira, importa referir que não foi possível utilizar a totalidade da verba disponível, essencialmente devido às dificuldades sentidas na implementação de atividades, resultantes da reduzida capacidade operacional da equipa ao longo do ano e da necessidade de priorizar a resposta aos processos em curso. Realizou-se a maioria das atividades previstas, no entanto, não se conseguiu todas nos moldes inicialmente previstos nem planear novas. Esta situação não reflete, de todo, falta de empenho ou de planeamento, mas sim as contingências, totalmente alheias a nós, associadas ao contexto vivido pela Comissão em 2025, onde houve a total

necessidade de concentrar recursos humanos na intervenção direta junto das crianças, jovens e respetivas famílias. -----

No presente ano, penso que a comissão se encontra alinhada para melhorar o que correu menos bem em 2025, começando com um planeamento atentado do que pretendemos alcançar. Pretendo manter uma boa dinâmica entre a equipa que temos na Comissão de Proteção de Crianças e jovens de Almodôvar, assim como com todas as entidades com que mantemos parceria. -----

Peço desculpa se me alonguei e agradeço desde já por terem ouvido esta declaração com risco de ter sido demasiado extensa, contudo esclarecedora. Ao vosso dispor para esclarecer algumas dúvidas.” -----

Prosseguindo com os trabalhos, a **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo-se registado as inscrições dos deputados Tiago Casimiro e Francisco Abreu.-----

De acordo com a ordem das inscrições, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Tiago Casimiro**, que proferiu o seguinte:-----

“Quero começar por expressar o meu sincero reconhecimento pelo extraordinário trabalho desenvolvido pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almodôvar. --

O relatório anual que hoje analisamos é claro. Estamos perante um relatório com 32 paginas, é bastante rápido, estamos perante um trabalho sério, comprometido e profundamente humano, assente na promoção e proteção dos direitos das nossas crianças e jovens. -----

Num concelho como Almodôvar, com uma densidade populacional inferior à de muitos outros municípios do nosso país, os números apresentados não são poucos, são, na verdade, muito significativos. Em 2025, deram entrada 53 processos, 44 dos quais com instrução. Cada um destes processos representa uma criança, uma família, uma realidade que exige atenção, cuidado e instrução. Representa também a confiança depositada nas instituições que têm como missão proteger o futuro da nossa comunidade. -----

Importa destacar que a faixa etária com maior número de processos se situa entre os 6 e os 8 anos, precisamente numa fase em que as crianças iniciam o seu percurso escolar e começam a construir as bases do seu desenvolvimenlo pessoal, social e académico. Também entre os 11 e os 14, já referido pela presidente da CPCJ, e entre os 15 e os 17 anos, verificamos números relevantes, fases marcantes de transição, crescimento e definição de caminhos futuros. A sinalização nestas idades pode ser determinante para garantir que estes jovens tenham um percurso saudável, seguro e com oportunidades. -----

É igualmente importante reconhecer o papel fundamental dos estabecimentos de ensino e forças de segurança, também já referido pela presidente da CPCJ, que se destacam como principais entidades sinalizadoras. Este facto demonstra vigilância, responsabilidade e, acima de tudo, preocupação genuína com o bem-estar das nossas crianças e jovens. Todas as entidades envolvidas, sem exceção, contribuem de forma decisiva para este esforço coletivo. -----

Quero também enaltecer o trabalho dos 13 comissários, que integram naturalmente a CPCJ de Almodôvar. Pessoas que dedicam o seu tempo, o seu conhecimento e a sua sensibilidade a uma missão que exige resiliência, coragem e uma enorme responsabilidade social. O vosso contributo tem sido verdadeiramente essencial e tenho de dar os parabéns pelo excelente documento que aqui apresentaram, muito bem explicado no excelente documento que nos foi apresentado e tenho a certeza de que qualquer pessoa que lê as 32 páginas fica esclarecido e orgulhoso do vosso trabalho.-----

Bem sabemos que todos os executivos, o atual e os anteriores, continuam e continuarão a fazer um trabalho de apoio exemplar, nomeadamente ao garantir as condições logísticas e operacionais necessárias ao funcionamento desta comissão. -----

Este apoio demonstra que a proteção das nossas crianças é, e deve continuar a ser, uma prioridade coletiva de todos os almodovarenses. -----

Mesmo perante todas as limitações, a CPCJ manteve a sua atividade, o seu compromisso e a sua capacidade de intervenção. Isso revela dedicação, enorme resiliência, mesmo com barreiras que possa ter ultrapassado no passado e ainda atravessam no presente, não desistem, continuam e é por isso que merecem todas estas palavras e este apoio. -----

Ninguém pode ficar indiferente ao trabalho aqui desenvolvido. Proteger as nossas crianças e os nossos jovens é proteger o futuro de Almodôvar. E é graças a estas pessoas e a estas instituições que podemos olhar para esse futuro com mais confiança, mais esperança e mais respeito. A todos os almodovarenses, não hesitem em ajudar as nossas crianças, os nossos jovens. Não hesitem. -----

A todos os que fazem parte desta missão, fizeram um excelente trabalho, o nosso muito obrigado.”-----

Tomando a palavra, o **deputado Francisco Abreu** proferiu:-----

“Devo dizer que esta forma, de ser o Presidente da CPCJ ou alguém por sua indicação a apresentar o relatório foi iniciado nos mandatos do Partido Socialista, faz todo o sentido que seja alguém da CPCJ a apresentar o relatório porque antes a CPCJ enviava os relatórios para a Assembleia e depois alguém da Assembleia lia ou perguntava se alguém tinha alguma questão a fazer e numa sessão alguém sugeriu que fosse um elemento da CPCJ, o Presidente ou alguém indicado por ele, para fazer a apresentação do relatório e, foi assim que se iniciou. -----

Começo por destacar em 1.º lugar, o Tiago também já referiu, a minuciosidade deste relatório que nos dá uma visão muito global sobre aquilo que se passa, sobre a realidade do nosso concelho, parabéns a quem elaborou o relatório, à pessoa ou à equipa que elaborou o relatório. Esta realidade, que face ao número de casos, de processos é deveras preocupante, julgo que porventura muitos de nós não tinham conhecimento desta triste realidade que se passa no nosso concelho, que imagináramos talvez um concelho onde estas problemáticas andavam esquecidas tal como nós há alguns anos as conhecíamos. -----

Ao consultar o relatório, não pude deixar de manifestar a minha perplexidade, nalguns casos em especial, número de casos do escalão etário dos 0 aos 2 anos, 4 processos e o maior número de casos situados, também já aqui o Tiago disse, do escalão etário dos 6 aos 8 anos, 8 processos, numa altura em que as crianças iniciam a sua frequência no 1.º ciclo. -----

Também a minha perplexidade pelo número de casos de violência doméstica em especial nos escalões dos 0 aos 2 anos e 3 aos 5 anos, portanto casos de violência doméstica já nestes escalões etários também. -----

Como aspeto menos negativo, o facto de em nenhum dos processos instituídos se referir a crianças com deficiência. -----

De realçar também no relatório a importância das entidades sinalizadoras, a escola e a GNR, foram as entidades que mais casos envolveram e também pelas atividades desenvolvidas e constantes no relatório e pelo número de participantes, há atividades com o número de participantes, 400 participantes, 200 participantes tendo, como não posso deixar de referir, a escola, logicamente os professores como principais parceiros, muitas daquelas atividades são de documentação que se entrega a cada uma das turmas quer do 1.º ciclo quer do jardim-de-infância, os professores por norma participam também com a anuência da direção do agrupamento e participam empenhadamente nessas atividades. -----

Finalmente e não menos importante é louvar o empenho todos os elementos envolvidos nesta instituição Comissão, Comissários e Técnicos pela importância da sua atividade no sentido de minorar o sofrimento destas crianças e jovens a quem muitas vezes o destino não se coíbe.-----

Eu próprio integrei esta comissão no início da sua constituição como primeiro representante da Educação nesta instituição. -----

Mais uma vez e para finalizar, parabéns pelo vosso trabalho dedicado às crianças e parabéns à equipa que elaborou este relatório tão completo que dá uma visão muito precisa e completa da triste realidade do nosso concelho nesse aspeto.-----

Para finalizar o ponto a **Presidente da Assembleia** disse: -----

“Não houve qualquer pedido de esclarecimento à Senhora Presidente da CPCJ portanto Senhora Presidente está liberta.-----

Também eu quero agradecer profundamente ter estado e ter aceitado o convite, de facto, o vosso trabalho é extraordinário, faço parte dele também na modalidade alargada há tantos anos e sinto um orgulho imenso de tudo aquilo que se tem conseguido, independentemente de às vezes os meios não serem os melhores e as coisas não se desenvolverem tanto quanto gostaríamos, mas o trabalho, principalmente na modalidade restrita, pela sensibilidade, pela coragem, pelo respeito, por todo o trabalho que têm desenvolvido merece um agradecimento. -----

Muito, muito, muito obrigada.”-----

A **Assembleia Municipal tomou conhecimento** do Relatório Anual de Atividades da CPCJ - Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Almodôvar, reportado a 2025. ----

#### **C.1 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O PROJETO DE REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS:**-----

Prosseguindo, e tomando a ordem dos trabalhos agendada, a **Presidente da Assembleia** iniciou o ponto e passou de imediato a palavra ao Presidente da Câmara para fazer uma breve introdução.-----

O **Presidente da Câmara** explicou: -----

“O que está aqui para nós colocarmos em votação vem no seguimento da nossa chegada ao executivo e percebermos efetivamente que a organização, o número de Divisões e a forma como a Câmara se encontrava organizada e a trabalhar. No entender deste executivo, não correspondia à melhor forma de trabalho e o resultado das centenas de trabalhadores que tínhamos, estava a ser preterido em relação a uma outra organização. Pretendemos organizar os serviços por forma a eles sejam mais proffcuos e o trabalho de todos aparecer mais facilmente. Foram alteradas praticamente todas as Divisões que existiam, incluindo mais Divisões e mais uma Unidade Orgânica para fazer face também ao dimensionamento que temos hoje e à responsabilidade acrescida que existe em serviços como área da Educação e em serviços que possivelmente nós vamos ter também a responsabilidade no município, que é o caso da Saúde e em serviços como Contratação Pública que alterou significativamente a sua responsabilidade e os seus procedimentos. Os mais antigos lembram-se perfeitamente que antigamente os concursos públicos eram feitos em carta registada e lacrada e fechada, isso hoje era completamente impossível, para comprar uma caneta é preciso fazer uma cabimentação, depois é preciso fazer mais um procedimento, depois é preciso fazer mais uma OP, depois é preciso fazer isto e mais aquilo, ou seja, hoje todos os procedimentos estão muito mais elevados. Foi necessário também retirar um pouco dos serviços que a Câmara faz, todos os trabalhadores da rua vão pertencer a uma Unidade Orgânica no sentido de ser mais fácil coordenar esses trabalhos e conseguir efetuar maior produtividade de serviços. -----

O que é colocado aqui em aprovação é este documento, é um documento que vem alterar significativamente a forma como a Câmara se organiza e a forma de trabalhar. ---  
Estou disponível para qualquer esclarecimento.” -----

Prosseguindo com os trabalhos, a Presidente da Assembleia abriu as inscrições para este ponto, tendo registado a inscrição do **deputado Diogo Lança** que pronunciou o seguinte: -----

“Enquanto deputado municipal não podia deixar de referir neste ponto, como eleito do Partido Social Democrata e Presidente da Junta de Freguesia de sede do concelho, afirmo com total convicção que esta alteração à Estrutura Orgânica do Município é um passo firme, responsável e estratégico, é uma decisão que demonstra liderança, visão e acima de tudo coragem política.-----

É uma resposta para as necessidades reais dos nossos munícipes, precisamos de uma máquina administrativa mais lógica, mais eficiente e mais próxima das pessoas e é isso que este executivo está a concretizar. -----

Acreditamos que esta nova estrutura vai valorizar os nossos recursos humanos motivando trabalhadores e criando uma cultura de responsabilidade e exigência e mais, permitirá reduzir gradualmente a dependência de empresas externas reforçando a capacidade interna do município:-----

Isso é uma boa gestão -----

Isso é defender o interesse público-----

Sabemos que os tempos são exigentes, sabemos que os recursos são limitados, mas também sabemos que governar é decidir e este executivo decide, decide com rigor, decide com responsabilidade e decide a pensar no futuro de Almodôvar.-----

Citando o Senhor Presidente da República estamos perante um executivo teso, teso na ambição, teso na determinação e teso na gestão criteriosa dos dinheiros públicos. Não prometemos facilidades, prometemos trabalho, não prometemos ilusões, prometemos resultados e é isso que os nossos munícipes esperam de nós, seriedade, compromisso e ação.” -----

Finda a intervenção, a Presidente da Assembleia colocou a matéria à votação a tendo a Assembleia Municipal **por maioria**, com 12 votos a favor (PSD/UPF) e 11 abstenções (PS) **deliberado:** -----

**1.º - Aprovar a alteração ao modelo de estrutura interna hierarquizada, bem como o novo Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e respetivo Organograma**, cujo teor para todos os efeitos legais aqui se dá por reproduzido e constitui anexo à Proposta n.º 22/2026; -----

**2.º - Aprovar os seguintes pontos:** -----

a) O modelo de estrutura orgânica hierarquizada dos serviços municipais; -----

b) A definição de um número máximo de **8 unidades orgânicas flexíveis**; -----

c) A definição de um número máximo de **45 subunidades orgânicas**; -----

d) A definição de um número máximo de **3 equipas de projeto temporárias destinadas à prossecução de objetivos determinados do Município**; -----

e) As competências do titular do Cargo Dirigente de 3.º Grau, que constam do Artigo 112.º do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, e que se dão aqui por integralmente reproduzidas; -----

f) Que o recrutamento do titular do cargo de direção intermédia de 3.º grau seja efetuado por **procedimento concursal**, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, de entre trabalhadores em funções públicas com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, licenciados, com um mínimo de dois anos de experiência profissional na carreira de Técnico Superior ou experiência profissional em funções para que seja exigível a formação superior; -----

g) Que o Mapa de Pessoal identifique a área e as habilitações exigidas para o recrutamento do titular do cargo de direção intermédia de 3.º grau; -----

h) Que a remuneração do dirigente intermédio de 3.º grau corresponda à 6.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior, nos termos do artigo 4.º n.º 3 da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.-----

**DECLARAÇÕES DE VOTO:**-----

**O deputado Ruben Maia, em nome da bancada do PS, proferiu a seguinte declaração de voto:**-----

“A Reorganização dos Serviços Municipais é de facto um processo necessário, que quando bem estruturado e devidamente implementado, pode representar uma mais-valia para o funcionamento da Câmara Municipal, promovendo maior eficiência, melhor articulação interna e melhor resposta aos munícipes. -----

Contudo, importa também reconhecer que a apreciação e validação concreta desta proposta, exigiria um saber concreto do que se pretende dos serviços municipais, da sua orgânica e dos impactos realistas que esta reorganização poderá produzir no dia-a-dia dos trabalhadores e na qualidade do serviço público prestado no nosso Concelho. -----

Assim, não exercendo funções executivas o Partido Socialista, nem trabalhando diretamente com os serviços municipais, não dispondo de todos os elementos técnicos e operacionais que nos permitam formular uma posição totalmente fundamentada quanto ao modelo apresentado, declaramos abstenção nesta votação. -----

Reconhecemos a importância do processo de reorganização, mas mantemos reservas quanto à sua concretização prática, no que concerne a sua liderança e a sua transparência.” -----

**A deputada Maria Palma, em nome da bancada do PSD, proferiu a seguinte declaração de voto:**-----

“O Regulamento que organiza os serviços do Município foi aprovado em 2018. Passaram vários anos, houve uma mudança de executivo e, naturalmente, é nosso dever olhar introspectivamente e perceber se a estrutura que temos continua a ser a mais adequada às necessidades do concelho.-----

Da análise feita, concluiu-se que alguns serviços estavam demasiado concentrados numa só Divisão como acontecia com a área da Educação Cultural, Desporto e Juventude.

Era uma estrutura muito grande, com matérias muito diferentes, o que dificultava o acompanhamento próximo e a eficácia do trabalho. Ao dividir esta área em duas - uma focada na Educação, Coesão e Intervenção Social e outra na Cultura, Desporto e Juventude - estamos a permitir maior especialização, melhor organização e respostas mais rápidas às escolas, às famílias, às Associações e aos jovens.-----

Também a Contratação Pública ganhou hoje uma importância muito maior do que tinha há alguns anos. Os procedimentos são mais exigentes e complexos. Criar uma Divisão própria para a Contratação Pública e Gestão de Transportes significa mais rigor, mais controlo e melhor utilização dos recursos do Município. -----

O mesmo acontece com a criação da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, reforçando uma área cada vez mais importante para a qualidade de vida no concelho. ---

Esta reorganização não é feita por questões formais. É feita para melhorar o serviço público prestado à população. Uma estrutura mais clara ajuda os serviços a funcionar melhor, evita confusões de competências e permite decisões mais rápidas.-----

Mas é também uma forma de valorizar os nossos funcionários. Ao definir melhor as responsabilidades e ao criar estruturas mais ajustadas à realidade, estamos a dar melhores condições de trabalho, maior organização interna e mais reconhecimento técnico às equipas municipais, que são fundamentais para que tudo funcione.-----

Todo o processo cumpriu os trâmites legais e permitiu a participação dos interessados de acordo com o código de procedimento administrativo.-----

Por entender que esta proposta melhora a organização interna, reforça o serviço público e valoriza os trabalhadores do Município, votamos favoravelmente.” -----

**C.2 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, COM VISTA À AQUISIÇÃO DE BENS PARA O FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS PARA VIATURAS MUNICIPAIS:**-----

A **Presidente da Assembleia** iniciou o ponto e solicitou ao Presidente da Câmara Municipal que introduzisse o assunto, sendo que o mesmo referiu que “no seguimento do cumprimento daquilo que é o Código dos Contratos Públicos e da necessidade de adquirirmos combustíveis de forma totalmente clara no município, vamos aproveitar a existência de um concurso já lançado pela CIMBAL, na central de compras da Comunidade Intermunicipal, pois com base nessa central de compras é mais favorável e rápido fazer este concurso público que é de 2 anos e tem um investimento global máximo de 400 mil euros”.-----

De imediato, a Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este ponto, tendo-se registado a inscrição do **deputado Vítor Libânio** que disse o seguinte: -

“Referente ao Ponto C.2- Contratação de concurso público para aquisição de combustíveis, isto envolve verbas bastante elevadas, 400 mil euros, bianual é significativo, pergunta-se porquê que nunca foi feito? -----

Entendemos que a elevação de um concurso público para aquisição de combustíveis é uma medida que reforça a transparência, legalidade e igualdade entre os fornecedores. -----

Promove a concorrência e inclui melhores preços e o uso eficiente dos recursos da Câmara.-----

Garante o planeamento e legalidade do procedimento, trata-se de uma decisão politicamente responsável com o interesse público.” -----

Relativamente a este assunto o **Presidente da Câmara** aclarou o seguinte: -----

“Senhor deputado nunca foi feito, o que era feito habitualmente na Câmara Municipal, fazia-se a cabimentação e comprava-se exclusivamente à GALP, portanto tínhamos cartões da GALP, não se fazia o concurso público, não se cumpria o CCP. À nossa chegada, chegamos a essa conclusão, até porque temos dois empresários no concelho, um concorrente de uma marca e o outro doutra, fomos também alertados já depois de nós termos tomado esta decisão por um deles, que era o visado, digamos assim, porque é que só comprávamos na GALP, se não tinha havido nenhum concurso público.-----

Informamos que íamos fazer agora esse concurso, já está em curso, tiveram de ser aprovadas primeiro as peças do concurso, aprovado em Câmara e vindo agora aqui à Assembleia Municipal para ser aprovado.-----

Lembrar, posso não ter referido, o que está aqui em causa é o valor de desconto, ou seja, não é os 400 mil euros máximo possível a adquirir em combustíveis, mas o concurso vai ser remetido é no desconto que cada uma das gasoleiras vai fazer e num raio de 5 Km à sede de concelho para não haver a possibilidade de gasoleiras que não estão no concelho poderem ganhar este concurso e nós termos de andar a fazer quilómetros para colocar combustíveis nas nossas viaturas municipais. Quem vai concorrer naturalmente vai ser a BP e a GALP e depois veremos qual apresenta maior desconto e será benefício para o município.-----

Estando o plenário esclarecido sobre o assunto, a Presidente da Assembleia colocou à votação, proposta n.º 25/2026, tendo a Assembleia, **unanimidade**, com 23 votos a favor (PS/PSD/UPF), **deliberado:** -----

**Autorizar a Assunção do compromisso plurianual** referente ao procedimento em causa, **pelo prazo de vigência de 24 meses**, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo

22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que regula a realização de despesa em mais de um ano económico que não seja o da sua realização, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso. -----

**C.3 - CONHECIMENTO DA LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS, NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DOS MESMOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 28 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:** -----

A **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e disse que este documento vai ser habitual e de acordo com a Lei é obrigatório em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal. -----

Perguntou ao Senhor Presidente se pretende prestar algum esclarecimento adicional antes de dar a palavra aos Senhores deputados municipais. -----

O **Presidente da Câmara** afirmou que “esta matéria tem de vir à Assembleia Municipal, trata-se da listagem dos compromissos plurianuais assumidos, garantidamente são assumidos dentro daquilo que é a legalidade, a delegação competências na Câmara Municipal pela Assembleia, como foi agora o caso dos combustíveis face ao que vai ser a plurianualidade, por 2 anos, e tem de ser aprovado em Assembleia, face ao valor que o mesmo envolve. -----

A listagem foi entregue aos Senhores deputados, se eventualmente tiverem alguma dúvida tenho todo o gosto em explicar.” -----

Prosseguindo com os trabalhos, a **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado nenhuma inscrição. -----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** da listagem dos compromissos plurianuais assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação. -----

**C.5 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ART.º 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DO ARTIGO 37.º DO REGIMENTO:** -----

A **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e perguntou ao Presidente da Câmara se quer desde já prestar algumas informações ou esclarecimentos sobre este documento, ou se pretende fazê-lo apenas depois das intervenções dos senhores deputados ou das questões que lhe queiram colocar. -----

O **Presidente da Câmara** começou por explicar que “com respeito à Atividade do Município, cuja listagem também foi enviada os Senhores deputados, e no que concerne à Atividade que são dos serviços municipais, dizer que o município está bastante preocupado com a questão da escola secundária. Continuamos com esse tema, iremos neste momento solicitar a anulação do contrato que foi assinado no dia 10 de outubro de 2025 para a recuperação da escola secundária, tendo em atenção aquilo que já todos sabemos, do estudo de risco de sismo e, estamos a estudar um novo local para essa escola secundária. Estamos a pensar na aquisição de um novo terreno para fazer essa aquisição depois vir à Assembleia a sua aprovação quando tiver os dados concretos. -----

Explicar o porquê da anulação deste contrato que vai trazer custos significativos para o município face à necessidade de indemnização da entidade com quem foi assinado o contrato tendo em atenção que tem o direito de ser ressarcido de todos os custos que teve com o concurso, o custo de garantia bancária e o lucro expectável que a empresa teria se estivesse estado a contrato. -----

Foi também adjudicada à mesma empresa mais duas obras, duas grandes obras a Creche, já foram solicitados pelo Tribunal de Conta dois pedidos de informação, os quais já foram respondidos e estamos a aguardar para se iniciar a obra, no entanto, estamos de alguma maneira preocupados porque a obra foi adjudicada à mesma empresa da Rua da Ferraria e neste momento na Rua da Ferraria por muito esforço nosso, muita tentativa nossa, muito empenho do fiscal que está a fiscalizar a obra, o número de trabalhadores que estão lá é muito reduzido e isso preocupa-nos, se é reduzido para uma obra, para duas obras será também mais reduzido e nós precisamos da Creche o mais rapidamente possível terminada. -----

Explicar também que a situação financeira da Câmara encontra-se numa situação de tesouraria estável, no entanto, temos grande preocupação com todos estes investimentos necessários na Creche, no Paddel que também teve já algum desvio naquilo que era o que estava projetado, vários trabalhos a mais, que pode ultrapassar o milhão de euros rapidamente, vai ultrapassar o milhão de euros de investimento no Paddel, embora nós tenhamos retirado os 10 equipamentos de Ar Condicionado que estavam inicialmente previstos, porque entendemos que a atividade de desporto não necessita claramente de 10 equipamentos de Ar Condicionado a consumir 24 Kva, acho que não são claramente necessários, mesmo com a retirada desses trabalhos a mais que ainda são significativos. -----

Com respeito à Rua da Ferraria foram também feitas pequenas alterações no próprio projeto para o tornar viável, tendo em atenção que com as cheias foi confirmado que aquilo que estava previsto no projeto, que era que uma parte da água fluvial seria encaminhada para o poço que existe no nosso terreno, esse poço encheu e tivemos cheias em várias habitações, a jusante do poço, o que significa que o poço não é a solução para essas águas e tivemos que fazer alterações. -----

Todas essas obras tiveram alterações, é um pouco isto, aquilo que é a Atividade do Município neste momento.” -----

A Assembleia Municipal **apreciou a informação** do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento. -----

#### **C.6 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA.** -----

Proseguindo, a **Presidente da Assembleia** colocou à votação a minuta da ata da sessão, a qual contém as deliberações tomadas na rubrica da Ordem do Dia, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, com 23 votos a favor (PS, PSD,UPF). -----

A **Presidente da Assembleia** disse: “queria agradecer a todos os presentes, mais uma vez ao Presidente da Junta do Rosário na pessoa do Vítor Nogueira e aos Rosairenses por terem acolhido a Assembleia Municipal. -----

Dizer que tal como já acontecia no anterior executivo, vamos manter este tipo de iniciativa e expandir, não só para as sedes de freguesia, mas eventualmente, para outras localidades onde existam meios que permitam utilizar os equipamentos. -----

Dentro do possível, a Assembleia correu com elevação e agradeço-vos a todos pela vossa presença e resiliência. Ainda não chegamos à meia-noite podia falar mais um bocadinho mas não vos vou tomar mais tempo. -----

Desejo uma noite muito abençoada a todos e até a uma próxima sessão. -----

Mais uma vez agradeço e desejo a todos uma noite muito abençoada”. -----

**FECHO:** Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e da alínea c), do n.º 1, do art.º 30.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a **Presidente da Assembleia Municipal** deu a sessão por

ATA N.º 05 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026  
QUADRIÊNIO 2025-2029

encerrada, eram **vinte e três horas e cinquenta minutos**, do dia 27 de fevereiro de 2026. -----

Para constar e para os fins consignados no n.º 1, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da sessão. -----

**Os anexos à ata dão-se aqui como reproduzidos e ficam apensos ao presente livro de atas.** -----

E eu, **Marta Isabel Moreira Barôa David Tomé**, primeira secretária da Assembleia Municipal, a redigi e subscrevo. -----